



INSTITUTO CEPA/SC



OBSERVATÓRIO DO
AGRONEGÓCIO

Estudo do Potencial do Agroturismo em Santa Catarina

*Impactos e Potencialidades para
a Agricultura Familiar*



MDA



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA



SANTA CATARINA



**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA**

Estudo do Potencial do Agroturismo em Santa Catarina

***Impactos e Potencialidades para
a Agricultura Familiar***

Outubro de 2002

**ESTUDO DO POTENCIAL DO
AGROTURISMO EM SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Esperidião Amin Helou Filho

VICE-GOVERNADOR

Paulo Roberto Bauer

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA

Otto Luiz Kiehn

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA

Carlos Lazzaretti

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO INSTITUTO CEPA/SC

Djalma Rogério Guimarães

GERENTE TÉCNICO

Walter Antônio Casagrande

GERENTE DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

José Eláudio Della Giustina

COORDENADOR DO NÚCLEO DE OBSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

Paulo Zoldan

EQUIPE DO ESTUDO

Luiz Toresan - Instituto Cepa/SC (**COORDENADOR**)

Daniela Nart - Centro Vianeí (Rede Cepagro)

Lauro Mattei – UFSC

Roselita Bonelli Bittencourt

Thaíse Costa Guzzatti - Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia

APOIO

BIBLIOTECÁRIA – Telmelita Senna

COPIDESQUE – Joares A. Segalin

ANALISTA DE SISTEMAS – Renato Deggau

REVISÃO EDITORIAL – Zélia Alves Silvestrini

PROJETO GRÁFICO

CAPA – Vincent Pasquier (QUO Graphis)

EDIÇÃO DE ARTE, EDITORAÇÃO ELETRÔNICA, GRÁFICOS E MAPAS –

Alexandre Oliveira (QUO Graphis)

ASSISTENTE DE ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA –

Juliana Diniz da Silveira (QUO Graphis)

TEXTO

Luiz Toresan, Lauro Mattei e Thaíse Costa Guzzatti

Colaboração: Tabajara Marcondes, Wilson Schmidt e

Valério Alcécio Turnes

PATROCÍNIO

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS E COLABORADORAS

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina - SDA/SC

Rede Cepagro

Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia

TORESAN, Luiz; MATTEI, Lauro; GUZZATTI, Thaíse Costa. Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar. Florianópolis, SC, Instituto Cepa/SC, 2002. xxx p.

ISBN 85-88974-07-X

1. Agroturismo. 2. Turismo Rural. 3. Turismo no Espaço Rural. 4. Agricultura Familiar.

APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - patrocinou um levantamento cadastral dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina que identificou e cadastrou 1.174 empreendimentos, dos quais 550 são formados por unidades de agroturismo.

Esta iniciativa foi motivada pelas profundas transformações que afetaram o mundo rural em consequência das mudanças por que vem passando o modelo de desenvolvimento do País. A primeira, provocada pelo processo de urbanização e industrialização, na raiz do êxodo do campo e das regiões periféricas para os grandes centros.

A segunda, a revolução verde. Uma nova concepção da produção agrícola, que associou produção, consumo e meios de produção, surpreendendo o campo com métodos e ciência fora do alcance do produtor tradicional.

Hoje, o campo sofre de perda de identidade. Seus limites, até pouco tempo iam até o perímetro urbano. Hoje, leva o nome de espaço rural, avançando para o próprio espaço urbano compreendido por regiões de domínio agrícola. Para confundir ainda mais, esse mesmo espaço passou a representar o refúgio do cidadão estressado da vida moderna.

Meio século, ao ritmo dos tempos modernos, é tempo mais que suficiente para testar e colher resultados. Se muito progresso se registrou, não foram menores os equívocos. A Rio+ 10, reunida em Johannesburg, procura os caminhos para salvar a Terra do poder geopolítico de seu maior predador. Seus temas: dejetos da agricultura química e poluentes industriais despejados nas águas dos rios; desmatamentos; focos de incêndio; falta de alimentos ou desperdício, gases na atmosfera...

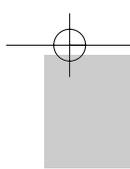
O melhor e maior conhecimento do solo e do seu trato, assim como do meio, que por sua melhor compreensão e abrangência passou a ser denominado espaço, permite-lhes consolidar algumas experiências, tirar proveito dos equívocos do sonho urbano. O campo é visto com outros olhos desde que o sonho urbano virou pesadelo. Campo, natureza, meio ambiente, alimentos orgânicos, alimentos de origem certificada, "alimentos" e fitoterapia são as novas tendências.

Para o Pronaf, que em tempo valorizou a função do produtor familiar, a descoberta do agroturismo pareceu uma estratégia em sintonia com os caminhos testados em outras partes do mundo. A fim de poder oferecer uma orientação segura a quem quisesse se dedicar a esta atividade, financiou um projeto de levantamento dos empreendimentos de turismo rural em todos os 293 municípios de Santa Catarina, confiando ao Instituto Cepa/SC o trabalho de pesquisa. Dentre os mais de 500 empreendimentos cadastrados como unidades de agroturismo, predominam as categorias de pesque-pague, venda de produtos coloniais, serviços de alimentação e hospedagem, turismo de conhecimento, etc.

Este documento mostra as reais dimensões deste segmento e sua importância relativamente à agricultura. Registra as deficiências na área de financiamento, na infra-estrutura e, sobretudo, a necessidade de mais instrumentos de apoio. Ao mesmo tempo que se levantaram as dificuldades, buscaram-se os resultados positivos de várias iniciativas.

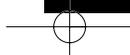
Com mais este trabalho, o Instituto Cepa/SC e as entidades parceiras estão contribuindo para a melhoria do conhecimento e das políticas de apoio às atividades turísticas no espaço rural, em especial do agroturismo.

Otto Luiz Kiehn
Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
Considerações Iniciais e Contextualização	07
Objetivos da Pesquisa	10
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	11
Censo do Agroturismo em Santa Catarina.....	12
Estudos de Caso.....	12
CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO GERAL DO AGROTURISMO EM SANTA CATARINA	15
RESULTADOS E ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO	25
Identificação e Dimensão dos Empreendimentos Estudados	25
Caracterização e Descrição dos Empreendimentos por Categoria de Atividade Principal	27
Impactos e Outros Aspectos Avaliados nos Estudos de Caso	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	39
Vinculação e Impactos do Agroturismo na Agricultura Familiar	40
Importância do Fator Localização Geográfica e dos Circuitos Organizados	43
Recomendações de Políticas para o Agroturismo	44
Recomendações de Estudos Adicionais	46
ANEXO I – Questionário de Levantamento de Campo	49



INTRODUÇÃO

Considerações Iniciais e Contextualização

Nas últimas décadas, tornou-se bastante comum estudar as transformações produtivas do espaço rural. Entre tais estudos, destacam-se aqueles que enfocam a dinâmica do trabalho e as novas funções econômicas e sociais desempenhadas pelo “mundo rural”.

Com a “revolução agrícola” do pós-guerra, houve um enorme incremento da produção global de alimentos, aliado a uma elevação substancial da produtividade do trabalho. Este processo provocou uma ruptura nas formas clássicas de analisar o chamado “desenvolvimento rural”, fazendo emergir análises desvinculadas de algumas características tradicionalmente associadas àquelas formas, especialmente das que definiam o meio rural como um espaço exclusivo de produção agrícola.

Atualmente, perde sentido a visão que opõe de forma sistemática o rural ao urbano, tendo em vista que tanto os processos produtivos como as relações econômicas e sociais se aproximam e interagem entre si. Esta diversificação de processos econômicos

e sociais, porém, conduz a uma maior heterogeneidade do uso da terra e da ocupação dos territórios. Com isso, desarticulam-se laços tradicionais e surgem novas funções socioeconômicas rurais relacionadas a serviços, lazer, turismo, proteção ambiental e industrialização da produção, paralelamente à sua vocação primordial de continuar produzindo alimentos e matérias-primas.

No Brasil, diversos pesquisadores vêm dando ênfase às análises de redimensionamento do espaço rural, o qual não pode ser mais pensado apenas como um local produtor de matérias-primas e fornecedor de mão-de-obra. Nele emerge um conjunto de atividades não-agrícolas que impõem uma nova dinâmica aos processos de desenvolvimento rural, os quais não podem ser apreendidos em sua totalidade unicamente a partir de seu lado agrário, uma vez que existem diversas atividades – nem sempre articuladas à agricultura – que respondem cada vez mais pela dinâmica rural brasileira.

No caso de Santa Catarina, estado com um dos menores índices de concentração de terra do País, nota-se a existência de uma estrutura agropecuária baseada no sistema de produção familiar. Durante a modernização da agricultura, ocorreu um forte processo de integração vertical da produção, com diferentes significados. Por um lado, parcelas importantes dos agricultores familiares se integraram aos Complexos Agroindustriais (CAIs), passando a reproduzir a sua vida não mais a partir da lógica familiar, mas de acordo com os interesses do capital agroindustrial. Com isso, a decisão do que produzir e de como produzir deixou de ser uma atribuição exclusiva do agricultor, uma vez que o centro decisório foge ao seu controle e se concentra cada vez mais em outros segmentos da cadeia produtiva.

Um contingente expressivo de famílias que detinham pouca terra e volume reduzido de capital para investir nas propriedades passou a sofrer todas as consequências das políticas públicas que sustentaram o modelo de desenvolvimento agrícola baseado na monocultura e na especialização produtiva. Neste contexto, aprofundou-se o processo de exclusão das unidades agrícolas familiares da dinâmica produtiva nacional, que não conseguiram manter níveis de produtividade suficientes para torná-las competitivas nos mercados, como as médias e grandes unidades, cuja sustentação produtiva ocorreu, na maioria dos casos, através de subsídios e incentivos fiscais governamentais.

Como resultado, observa-se que a sobrevivência dessas unidades produtivas familiares exclusivamente a partir das atividades agrícolas tradicionais está cada vez mais difícil, tanto em termos de geração e manutenção dos níveis de renda, quanto em termos de oportunidades de trabalho para o conjunto dos membros das famílias agrícolas. Esta situação tem levado os agricultores familiares a buscar novas oportunidades de trabalho e de renda, tanto dentro quanto fora das propriedades.

Na literatura internacional, estes fenômenos foram descritos como “mercantilização do espaço agrário”, uma vez que bens e/ou serviços específicos passam a ter novos valores econômicos. É o caso da exploração dos recursos naturais e dos valores culturais para fins econômicos, conforme se verá numa das seções seguintes. Neste contexto, a exploração do turismo aparece como um elemento novo no panorama econômico do mundo rural catarinense, considerado como uma atividade econômica relevante na busca de sustentabilidade e de melhorias das condições de vida dos agricultores familiares que diversificam suas formas de trabalho e buscam novos tipos de rendimento.

O conceito de turismo no espaço rural é amplo e engloba diferentes modalidades de turismo, as quais se complementam antes de se excluírem. De um modo geral, pode-se considerar que o turismo no meio rural é a soma do ecoturismo, do turismo verde, do turismo cultural, do turismo esportivo, do turismo de aventura e do agroturismo.

No Brasil, entretanto, o conjunto de atividades associadas ao termo genérico “turismo rural” (hotel-fazenda; fazenda-hotel; pousadas; pesque-pague; restaurantes típicos; venda direta de produtos industrializados nas propriedades; atividades de lazer associadas à paisagem natural; atividades baseadas nos elementos culturais de um local e/ou região; atividades ecológicas, etc.) tem causado uma série de “confusões terminológicas”, nem sempre ficando claros o sentido e o significado que se expressam através destas designações.

Um exemplo disso ocorre com a própria definição da Embratur, órgão oficial, responsável pela política turística do País. Ao elaborar o Manual Operacional de Turismo Rural, adotou um conceito múltiplo: turismo interior, turismo doméstico, turismo

integrado, turismo verde, turismo alternativo e agroturismo. Assim, o 'Turismo Rural' inclui todas estas modalidades; é o turismo do País e é um turismo da zona rural, que se desenvolve em todas as suas formas.

Seguindo esta definição oficial, o turismo no meio rural agregaria todas as atividades, indo desde shows e rodeios, práticas de esportes e visitas às paisagens naturais, preservação dos recursos naturais, até as atividades da fazenda-hotel, da pousada rural e do turismo vinculado à atividade agropecuária. Nesta lógica, torna-se difícil observar as especificidades de cada modalidade e as características de cada produto turístico, além de não se distinguir objetivamente o público que demanda essas atividades turísticas.

O agroturismo, especificamente, distingue-se das demais modalidades citadas por se constituir de um conjunto de atividades complementares das atividades da propriedade agrícola; em outras palavras, a propriedade rural não abandona sua vocação principal, a agricultura, mas vale-se dela para atrair o interesse do turista.

Assim, as atividades desenvolvidas simultaneamente (pousadas; restaurantes típicos; industrialização caseira de produtos agropecuários; pesque-pague; artesanatos; restaurantes típicos, etc.) propiciam ao turista a oportunidade de se integrar às atividades da propriedade rural durante sua estada. Neste caso, essas atividades devem ser entendidas como parte de um processo mais amplo, pelo qual se busca viabilizar econômica e socialmente essas propriedades, geralmente unidades familiares de produção, através da agregação de valor aos produtos, da geração de novas fontes de renda e de novas oportunidades de trabalho.

Em síntese, pode-se dizer que o agroturismo compreende um conjunto de atividades e serviços oferecidos pelos produtores familiares, a partir da disposição de compartilhar seus hábitos, costumes, cultura e modo de vida com as populações urbanas que os visitam. Esta sinergia entre esses dois públicos distintos é pautada pela valorização da cultura local e pelo respeito ao meio ambiente.

Mais recentemente, vem ganhando importância cada vez maior a idéia de que o agroturismo pode atuar de forma decisiva para auxiliar o sistema de produção da agropecuária familiar a sair da crise em que se encontra. Diversas iniciativas de governos e entidades não-governamentais vêm procurando incentivar e desenvolver esta atividade junto às propriedades agrícolas familiares.

No Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina¹ foram identificados 551 empreendimentos de agroturismo; sobre eles, levantou-se uma série de informações relativas a localização, tempo e dimensionamento das atividades, importância socioeconômica, dificuldades e perspectivas de desenvolvimento da atividade turística.

Neste relatório são apresentados estes resultados, juntamente com aqueles dos estudos de caso realizados junto a unidades de agroturismo, os quais buscaram aprofundar esta análise e identificar outros elementos analíticos de caráter qualitativo que permitissem uma melhor compreensão e qualificação dos impactos e das possibilidades que esta atividade pode oferecer para a agricultura familiar catarinense.

¹ Instituto Cepa/SC. Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina. Florianópolis, 2002 (no prelo).

Objetivos da Pesquisa

O presente estudo visa a aprofundar a análise e a compreensão das condições de funcionamento e das possibilidades do agroturismo.

Tem por objetivo geral verificar em que nível as atividades ligadas ao agroturismo podem constituir uma alternativa efetiva para viabilizar a agricultura familiar catarinense, ou parte dela.

Como objetivos específicos, foram definidos:

- a) analisar os impactos da atividade de turismo na agricultura familiar, com destaque para os seguintes aspectos:
 - econômicos (geração de renda, emprego, agregação de valor, etc.);
 - sociais (capacitação, qualidade de vida, autoestima, etc.);

- ambientais (conservação dos recursos naturais, saneamento, paisagem, etc.);
- organizacionais (organização do trabalho, organização dos produtores, etc.);

- b) identificar pontos de estrangulamento das atividades relacionadas ao agroturismo e sugerir políticas e programas necessários ao seu desenvolvimento junto aos agricultores familiares.

Para alcançar estes objetivos, utilizaram-se as informações coletadas no levantamento dos empreendimentos turísticos no espaço rural de Santa Catarina, no qual foram cadastradas 551 unidades de agroturismo e se aprofundou o conhecimento específico de 17 propriedades que desenvolvem a atividade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira foi realizada por ocasião do levantamento das unidades de turismo no espaço rural de Santa Catarina, que procurou incluir todos os empreendimentos de prestação de serviços turísticos existentes no espaço rural dos 293 municípios de Santa Catarina. Neste levantamento foram objeto do estudo todas as unidades de atendimento ao turista com objetivos comerciais, localizadas no meio rural dos municípios.

Para efetuar o levantamento foi elaborado e estruturado um questionário, cujo conteúdo deveria permitir: coletar as informações cadastrais dos empreendimentos turísticos; caracterizar o tipo de atividade turística exercida, os serviços e a infra-estrutura disponível; identificar o tempo, a capacidade de atendimento e a origem do público visitante; quantificar a mão-de-obra utilizada e verificar sua composição e as condições de ocupação e de capacitação; identificar a origem dos recursos aplicados na atividade turística e a composição da renda familiar, e, finalmente, identificar as perspectivas das atividades turísticas e as dificuldades percebidas pelos empreendedores para o seu desenvolvimento.

O levantamento procurou verificar as relações que ocorrem entre as atividades de atendimento ao turista e as atividades agropecuárias, no que diz respeito à contribuição para a renda familiar, ao emprego e à ocupação de mão-de-obra familiar e contratada no turismo e na agropecuária, de modo a se identificar e diferenciar as modalidades de turismo existentes no espaço rural, em especial enquanto agroturismo.

As entrevistas junto aos empreendedores de atividades turísticas no espaço rural dos municípios catarinenses foram realizadas no período de dezembro de 2001 a abril de 2002. Os questionários - um para cada unidade do estudo - foram recolhidos pelos coordenadores regionais, submetidos à conferência e à crítica de preenchimento e, posteriormente, enviados à unidade central de processamento.

Censo do Agroturismo em Santa Catarina

O Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina identificou e cadastrou 1.174 empreendimentos ambientados no espaço rural dos 293 municípios catarinenses. Deste total, 551 unidades foram identificadas como de agroturismo. Estas unidades, além de ter na prestação de serviços turísticos uma atividade complementar à exploração agropecuária, contribuem na formação da renda da unidade familiar, tendo na mão-de-obra familiar a maior parte da força de trabalho envolvida na atividade turismo.

Concretamente, para delimitar com clareza o universo dos empreendimentos turísticos da modalidade “Agroturismo”, foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) o agricultor deveria desenvolver atividades agropecuárias e residir na propriedade;
- b) a mão-de-obra familiar ocupada na atividade do turismo deveria representar, no mínimo, 50% da mão-de-obra total no período de maior demanda turística;
- c) a renda das atividades agropecuárias deveria ser igual a 20% da renda líquida anual da unidade familiar, ou maior.

A análise dos 551 empreendimentos enquadrados como agroturismo, com base nas informações coletadas pelo levantamento censitário das unidades turísticas no meio rural catarinense, encontra-se no tópico Caracterização e Descrição Geral do Agroturismo em Santa Catarina.

Estudos de Caso

De posse desses resultados, optou-se por realizar estudos de caso num grupo de unidades de agroturismo cadastradas no levantamento, com o objetivo de aprofundar algumas questões e melhorar a compreensão da situação e das perspectivas desta modalidade no espaço rural.

Nos estudos de caso, realizados através de questionário semi-aberto, privilegiaram-se os aspectos qualitativos nos questionamentos. Na definição dos conteúdos, inseriram-se 11 itens temáticos:

- 1) caracterização do empreendimento e da propriedade;
- 2) histórico da atividade turística;
- 3) dinâmica da mão-de-obra;
- 4) composição e formação das receitas;
- 5) gestão e administração financeira;
- 6) assistência técnica;
- 7) divulgação da atividade;
- 8) impactos da atividade turística;
- 9) tomada de decisões;
- 10) pontos de estrangulamento da atividade;
- 11) principais ações necessárias.

Incorporados estes temas e preocupações, foi organizado um formulário de levantamento de campo, com um roteiro de entrevista composto de perguntas abertas e fechadas, conforme pode ser visto no anexo 1. Na condução das entrevistas, em geral por dois pesquisadores, a preocupação era permitir ao entrevistado expor suas idéias e discorrer livremente sobre os temas, de modo a captar, inclusive, seus sentimentos em relação ao que estava sendo indagado, além de colher aspectos e preocupações que poderiam não ter sido considerados pela equipe de pesquisa.

Com a definição conceitual e dos aspectos a serem pesquisados, passou-se à composição da amostra dos estudos de caso. Considerando-se os resultados específicos do cadastro, resultante da primeira fase da pesquisa (que fez uma caracterização geral do turismo rural em Santa Catarina), definiram-se alguns critérios para a escolha das unidades a serem entrevistadas nos estudos de caso, a saber:

- 1º) A amostra partiria, inicialmente, da categoria de atividade principal do empreendimento (exemplo, hospedagem). A definição desse critério foi facilitada pelas informações coletadas na fase anterior da pesquisa, que apontaram um conjunto de ações que fazem parte da modalidade do agroturismo. Com isso, teve-se a preocupação de dar, na medida do possível, proporcionalidade à atividade principal, nos estudos de caso, em relação ao número de empreendimentos existentes em cada caso.
- 2º) A seguir e de forma combinada, estabeleceu-se o critério da representatividade regional de cada uma das atividades anteriormente citadas,

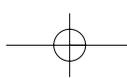
de acordo com a proporcionalidade com que elas apareceram na primeira fase da pesquisa, de tal modo que as regiões se fizessem representar segundo a sua importância no agroturismo estadual, assim como na atividade principal em que a região é mais representativa.

- 3º) Levando em conta estes parâmetros, procurou-se também entrevistar uma unidade de cada um dos cinco circuitos organizados de agroturismo identificados no estado (São Martinho, Pedras Grandes, Encostas da Serra Geral-Santa Rosa de Lima e região, Joinville e Chapecó).

Tendo-se definido a categoria de atividade principal a ser pesquisada, a região de localização do empreendimento e a necessidade de o empreendimento ser uma iniciativa isolada ou pertencer a um circuito organizado de agroturismo, a escolha das unidades para entrevista foi feita pelo método do sorteio aleatório.

Desse procedimento resultou a seguinte relação de atividades, região e local da entrevista:

ATIVIDADES PRINCIPAIS	Nº DE ENTREVISTAS	MUNICÍPIO	REGIÃO
Alimentação	1	São Martinho	Sul
	1	Anitápolis	Grande Fpolis
	1	Chapecó	Oeste
Hospedagem	1	Atalanta	Vale do Itajaí
	1	Urubici	Planalto Serrano
Venda de Produtos	1	Pedras Grandes	Sul
	1	S. Pedro Alcântara	Grande Fpolis
	1	Joinville	Litoral Norte
	1	Chapecó	Oeste
Pesque-Pague	1	Meleiro	Sul
	1	Brusque	Vale do Itajaí
	1	Jaraguá do Sul	Litoral Norte
Lazer Geral	1	Agrolândia	Vale do Itajaí
	1	Itapiranga	Oeste
	1	Xanxerê	Oeste
Camping	1	Rio Rufino	Planalto Serrano
Turismo de Conhecimento	1	Sta. Rosa de Lima	Grande Fpolis
TOTAL	17	17	6

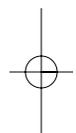
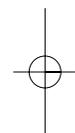


**ESTUDO DO POTENCIAL DO
AGROTURISMO EM SANTA CATARINA**

Uma vez definido o conteúdo da entrevista e escolhidos os entrevistados, efetuou-se um teste de campo em uma das unidades selecionadas a fim de verificar a adequação do instrumento de coleta e corrigir possíveis problemas. Depois de pequenos ajustes, foi elaborada a versão definitiva do formulário e roteiro das entrevistas.

A aplicação foi realizada em março e abril de 2002, sempre *in loco*, pelos próprios integrantes da equipe básica de pesquisa.

Após a conclusão das entrevistas, os pesquisadores reuniram-se e definiram alguns critérios para análise e interpretação dos resultados, tendo como finalidade não a elaboração de análises comparativas, mas a troca de experiências em impressões e interpretações, a partir das especificidades de cada modalidade.



CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO GERAL DO AGROTURISMO EM SANTA CATARINA

O primeiro cadastro dos empreendimentos de turismo localizados no espaço rural de Santa Catarina procurou identificar os estabelecimentos caracterizados como de agroturismo. Além de levantar sua participação numérica, buscou pesquisar alguns aspectos qualitativos e quantitativos desses empreendimentos, com o intuito de se obter um conhecimento mais qualificado da modalidade de turismo no meio rural.

Após a aplicação dos questionários, realizaram-se diversos procedimentos metodológicos relativos às informações coletadas, os quais se encontram devidamente registrados no Relatório I, denominado de

“Levantamento dos Empreendimentos Turísticos no Espaço Rural de Santa Catarina”. De posse desse conjunto de dados, apresentam-se, a seguir, as principais características do agroturismo em Santa Catarina.

Localização Geográfica

Dos 551 empreendimentos da modalidade agroturismo² no estado, constatou-se que 28% estão localizados na região Sul do Estado, conforme figura 1. A seguir, vem a região Oeste, com 27% dos estabelecimentos e o Vale do Itajaí, com 25% dos empreendimentos.

² Para efeito deste estudo, considerou-se como agroturismo o produto ou o serviço desenvolvido pelo agricultor familiar com pelo menos metade da mão-de-obra empregada no turismo pertencente ao núcleo familiar. Além disso, as atividades com a agropecuária deveriam manter uma importante contribuição na renda familiar total (contribuir com no mínimo 20%).



Estes dados, de uma maneira geral, alinham-se com a realidade agropecuária estadual, cuja dinâmica é dada pela agricultura familiar e que, justamente, predomina nessas regiões. Na região da Grande Florianópolis, o menor número de iniciativas de agroturismo, com apenas 5% dos estabelecimentos, se explica pela menor importância das atividades agrícolas e à tradição de um turismo fortemente urbano, conhecido como “turismo de sol e mar”.

Natureza Jurídica e Tempo de Atividade

Constatou-se que a grande maioria dos empreendimentos (80,4%), um montante de 448 estabelecimentos, organiza-se informalmente como pessoa física. Em grande medida, esta peculiaridade está relacionada ao fato de as atividades desse setor serem bastante recentes, de caráter complementar, e sua formalização jurídica implicar para o proprietário importantes custos adicionais constantes. Além disso, a constituição de firma para explorar o “Agroturismo”, tornando o agricultor pessoa jurídica, o levaria a perder as condições facilitadas de que goza para ter acesso ao crédito público e aos benefícios da previdência social, o que certamente o desestimularia a atuar formalmen-

te na atividade. Soma-se a isso o fato de não existir, entre os agricultores, tradição cultural e necessidade de organizar juridicamente as atividades econômicas.

De um modo geral, os empreendimentos são bastante recentes, como se pode observar pelos dados da tabela 1, que trata de seu tempo de existência no estado. Pelas informações sistematizadas, o tempo médio de operação das unidades de agroturismo em Santa Catarina é de aproximadamente seis anos, embora mais de 60% dos empreendimentos tenham iniciado suas atividades há menos de cinco anos.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE AGROTURISMO EM SANTA CATARINA SEGUNDO O TEMPO DE OPERAÇÃO

CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL	TEMPO DE ATIVIDADE			
	Média	< 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos
Serviços de hospedagem	3	16	16	8
Camping	5	12	23	12
Serviços de alimentação	4	11	13	8
Venda de produtos	11	14	39	91
Turismo de conhecimento	6	13	23	20
Pesque-pague	4	37	80	44
Parque aquático	6	2	5	7
Lazer em geral	3	13	18	11
Outra categoria	5	3	5	7
Total	6	121	222	208

FONTE: Pesquisa de campo.

Desconsiderando-se o setor de venda de produtos, que é uma atividade tradicionalmente desenvolvida pelos agricultores familiares, obtém-se um tempo médio de funcionamento da atividade de quatro anos e meio. Os serviços de lazer em geral, de hospedagem, alimentação e os pesque-pague são os empreendimentos mais recentes, com um tempo médio de operação, respectivamente, de 3,21 anos, 3,45 anos, 3,50 anos e 3,95 anos.

Estes dados mostram que a maior parte dos empreendimentos de agroturismo de Santa Catarina iniciou

suas atividades a partir de 1997 e se encontra ainda no estágio inicial (fase de implantação) do ciclo de vida de uma organização econômica.

Categorias de Atividade Turística

Quanto às atividades turísticas desenvolvidas pelas unidades familiares de produção, verificou-se uma situação muita diversificada. Os dados referentes à categoria de atividade principal mostram que, dentre os tipos de empreendimentos em funcionamento, 29% são de pesque-pague, 26% são de venda de produtos, 10% são de turismo de conhecimento, 9% têm camping como atividade principal e 7% têm a hospedagem como serviço principal para o turista, conforme a tabela 2.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE AGROTURISMO EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL

CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL	NÚMERO	%
Serviços de hospedagem	40	7
Camping	47	9
Serviços de alimentação	32	6
Venda de produtos	144	26
Turismo de conhecimento	56	10
Pesque-pague	161	29
Parque aquático	14	3
Lazer em geral	42	8
Outra categoria	15	3
Total de Empreendimentos	551	100

FONTE: Pesquisa de campo.

A expressiva participação do setor “pesque-pague” se explica, no conjunto geral do agroturismo, em parte pela política adotada pelo governo nos anos 80 para minimizar os efeitos das secas que atingiram o estado naquele período. Esta ação foi desenvolvida pela Superintendência de Desenvolvimento do Sul - Sude-sul -, através do Programa de Construção de Poços e Açudes - Procas. O incentivo à abertura de poços e

açudes, posteriormente, foi mantido pelo governo estadual através da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc.

Estas ações de disseminação dos açudes, juntamente com outros programas de políticas públicas estaduais que visavam ao desenvolvimento da piscicultura, criaram as condições objetivas para o surgimento do grande número de pesque-pague em Santa Catarina.

Já a grande presença da atividade de venda de produtos está relacionada às características históricas das unidades familiares de produção que, geralmente, utilizam parte de sua produção para agregar valor aos seus produtos. No caso de Santa Catarina, destacam-se os embutidos de carne suína, os produtos processados de origem láctea, os produtos transformados na área de fruticultura e de horticultura (doces, compotas, conservas, etc.).

As perspectivas para o desenvolvimento das atividades de venda direta de produtos oriundos da agricultura familiar são promissoras. Além da tradição e do hábito dos consumidores, a demanda por produtos “artesanais” ou “coloniais” vem crescendo, tanto no estado como no País.

Serviços Oferecidos

No que diz respeito à quantidade de serviços oferecidos aos turistas pelas unidades familiares de produção engajadas na atividade do agroturismo, nota-se uma certa especialização em poucas atividades/serviços, uma vez que 44% das unidades pesquisadas colocam à disposição dos turistas menos de três serviços. A média de todas as unidades pesquisadas no estado é de apenas 3,3 serviços por unidade.

Os empreendimentos de venda de produtos são os que oferecem menos serviços ao visitante, com predomínio das unidades que se limitam a comercializar seus produtos ao turista.

Em tese, esta característica (a da especialização nos serviços turísticos) poderia ser interessante, tendo em vista que da atividade agroturismo se espera e se busca a constituição de circuitos de complementaridade, cuja finalidade é a de que várias propriedades rurais envolvidas na atividade complementem a oferta de produtos e serviços, visando atender de modo satisfatório aos anseios dos turistas, agregando o máximo de agricultores da comunidade ao processo.

Infelizmente, esta não é a regra, pois foram poucos os circuitos de agroturismo organizados identificados no estado. A maioria das unidades agropecuárias atua de forma isolada e, muitas vezes, sem qualquer foco na diversificação e na complementaridade. Os serviços oferecidos com maior frequência aos visitantes são a pescaria (48% das unidades), os serviços de bar e lanchonete (33% das unidades), o comércio de alimentos da indústria caseira (33% das unidades), o turismo de conhecimento, as atividades aquáticas, as caminhadas ecológicas e as áreas para prática de esportes, disponíveis em mais de 20% dos empreendimentos cadastrados.

Capacitação e Treinamento para o Agroturismo

Constatou-se haver pouca formação profissional (treinamento e capacitação) e assistência técnica para os envolvidos na atividade de agroturismo nas propriedades rurais. Quase a metade dos agricultores pesquisados (242 estabelecimentos) não recebeu qualquer treinamento (Tabela 3).

TABELA 3 - ORIGEM DO TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO, SEGUNDO O TEMPO DE EXISTÊNCIA DO EMPREENDEDIMENTO/ATIVIDADE

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM DO TREINAMENTO	TOTAL		< 1 ANO		1 A 3		> 3 ANOS	
	(Nº Emp.)	(% Emp.)	(Nº Emp.)	(% Emp.)	(Nº Emp.)	(% Emp.)	(Nº Emp.)	(% Emp.)
Epagri	185	34	2	13	56	26	127	39
Embratur	9	2	1	6	2	1	6	2
Senar/Senac	65	12	2	13	33	15	30	9
Sebrae	126	23	3	19	56	26	67	21
Prefeitura municipal	86	16	3	19	34	16	49	15
Universidade	18	3	3	19	5	2	10	3
ONGs	11	2	0	0	6	3	5	2
Profissional. autonomo	11	2	2	13	3	1	6	2
Empresa privada	8	1	0	0	3	1	5	2
Outros/não sabe	22	4	1	6	10	5	11	3
Nao receberam capacitação	242	44	9	56	96	45	137	43
Total Empreendimentos	551	100	16	100	213	100	322	100

FONTE: Pesquisa de campo.

Como os agricultores não estão acostumados a atuar nesse tipo de atividade, em que passam a desempenhar funções que vão muito além da tradicional produção de matérias-primas e produtos agropecuários, a falta de conhecimento de aspectos ligados à organização da propriedade para a nova atividade, à higiene e ao atendimento do turista pode levar alguns empreendimentos ao insucesso.

Ressalta-se a importância da Epagri na formação dos agricultores neste ramo de atividade econômica,

pois 34% dos informantes indicaram a instituição como entidade capacitadora. O Sebrae, apesar mais voltado ao meio urbano, aparece em segundo lugar no fornecimento de apoio às unidades de agroturismo, seguido das prefeituras municipais, do Senar e do Senac.

Atuando de forma mais localizada, recentemente algumas universidades, organizações não-governamentais e profissionais autônomos vêm desenvolvendo trabalhos de capacitação e de assistência para o agroturismo.

Origem do Público Visitante

No levantamento cadastral constatou-se que o público visitante dos empreendimentos catarinenses de agroturismo é constituído, geralmente, de pessoas do próprio local. Aproximadamente 50% dos turistas do agroturismo são do município que sedia o empreendimento (Tabela 4).

Da região (municípios vizinhos), vêm 35% dos frequentadores. Estes percentuais se explicam, em grande medida, pela predominância das atividades ligadas aos pesque-pague, à venda de produtos e serviços de alimentação, por natureza mais voltadas ao atendimento de pessoas mais próximas do local.

TABELA 4 - ORIGEM GEOGRÁFICA DOS VISITANTES NAS DIFERENTES CATEGORIAS DE ATIVIDADE PRINCIPAL DO AGROTURISMO (% MÉDIO)

CATEGORIA DE ATIVIDADE PRINCIPAL	MUNICÍPIO	REGIÃO	OUTRAS REGIÕES	OUTROS ESTADOS	OUTROS PAÍSES
Serviços de hospedagem	31	31	23	11	4
Camping	51	41	6	2	0
Serviços de alimentação	42	36	10	10	1
Venda de produtos	49	36	10	5	1
Turismo de conhecimento	40	30	22	7	1
Pesque-pague	56	35	6	3	0
Parque aquático	31	55	8	6	0
Lazer em geral	56	30	6	7	1
Outra categoria	54	25	11	10	1
Total	49	35	10	6	1

FONTE: Pesquisa de campo.

Os serviços de hospedagem e o turismo de conhecimento são as categorias que, proporcionalmente, mais recebem visitantes de fora da região; mesmo assim, 60% dos turistas no primeiro caso, e 70% deles no segundo, são da própria região do empreendimento.

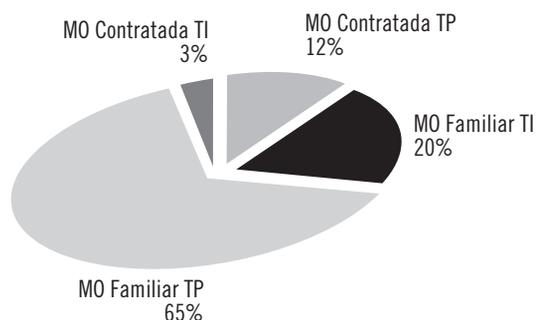
Esta alta concentração no atendimento de público de origem não-distante mostra que as atividades do agroturismo são desenvolvidas mais nos finais de se-

mana e feriados, em que os turistas gastam pouco tempo com deslocamentos e em permanência no local visitado (algumas horas, quando muito um fim de semana). Assim, empreendimentos de agroturismo localizados próximo a centros urbanos têm bem mais possibilidades de receber um maior contingente de pessoas que podem aproveitar os períodos breves e frequentes de férias para este tipo de visita turística.

Ocupação de Mão-de-obra

Os dados de ocupação de mão-de-obra pelo agroturismo em Santa Catarina podem ser vistos na tabela 6. Ao todo, nas 551 unidades cadastradas são ocupadas 1.673 pessoas no atendimento ao turista; 85% delas são membros da família (Gráfico 2). Porém, pelas características da atividade, em geral mais concentrada nos fins de semana, são absorvidas poucas pessoas em tempo integral (apenas 380, sendo 334 de pessoas da unidade familiar – Tabela 5).

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NO AGROTURISMO EM SANTA CATARINA



FONTE: Pesquisa de campo.

TABELA 5 - NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NO AGROTURISMO EM SANTA CATARINA

TIPO DE MÃO DE OBRA	AGROTURISMO	AGROPECUÁRIA
MO Familiar TI	334	982
MO Familiar TP	1098	969
MO Contratada TI	46	190
MO Contratada TP	195	375
Total de Pessoas Ocupadas	1673	2516

FONTE: Pesquisa de campo.

Das 241 pessoas contratadas pela atividade no estado, menos de 20% trabalham em tempo integral. As demais são contratadas nos picos de maior demanda por mão-de-obra, geralmente nos finais de semana.

As condições atuais da atividade no estado mostram, como se esperava, que a geração de empregos formais pelas unidades de produção que aderiram à atividade é ainda limitado. Porém, há uma ocupação mais intensa da mão-de-obra familiar disponível (334 pessoas em tempo integral), especialmente das mulheres e dos jovens.

Pela sua própria característica de atividade complementar, do agroturismo não se espera grande contribuição para a geração de novos empregos, muito embora um número considerável de pessoas da família e de vizinhos (com relação de parentesco) – em média duas pessoas por unidade – se ocupe nos finais de semana com a atividade, envolvendo, muitas vezes, troca de dias de trabalho ou outra forma de compensação pelos serviços prestados.

Esta dinâmica de ocupação de mão-de-obra pelo agroturismo recupera costumes antigos de envolver, de maneira informal, parentes e vizinhos na realização de tarefas e serviços nos momentos críticos e pode aumentar os laços de relacionamento entre os membros das famílias e das comunidades envolvidas

Fonte dos Recursos e Impactos sobre a Renda das Famílias

Para o desenvolvimento das atividades turísticas dentro das propriedades agrícolas familiares, constatou-se que 82% dos agricultores utilizaram recursos próprios. Somente 12% dos estabelecimentos pesquisados tiveram acesso a algum tipo de financiamento em instituições financeiras, na maioria dos casos para financiamentos ligados à agropecuária (criação de peixes, implantação de agroindústrias), que posteriormente foram acopladas às atividades de atendimento ao turista.

Este aspecto pode estar relacionado à falta informações dos agricultores acerca das linhas de crédito existentes, a dificuldades de acesso pela exigência de garantias nem sempre disponíveis e ao pouco interesse dos agentes financeiros em realizar tais operações, já que envolvem pequenos valores e custos relativamente elevados nas operações.

Certamente, a questão financeira é um dos fatores que limitam o desenvolvimento da atividade. O crédito existe; o que dificulta são as condições de acesso a esse recurso.

A importância do agroturismo na renda das propriedades cadastradas é ainda bastante baixa. Para metade dos empreendimentos de agroturismo, a renda com a atividade atinge no máximo 20% da renda total familiar. A menor contribuição na formação da renda ocorre nas categorias de turismo de conhecimento, de venda de produtos e de lazer em geral.

Se considerarmos que a maior parte dos empreendimentos é recente e que o agroturismo tem caráter de atividade complementar à agropecuária, estes dados in-

**ESTUDO DO POTENCIAL DO
AGROTURISMO EM SANTA CATARINA**

dicam que o agroturismo poderá vir a atender às expectativas de contribuir para a melhoria da renda das famílias de agricultores que entrem nesta atividade.

Dificuldades e Entraves Apontados pelos Entrevistados

A insuficiência de recursos próprios (67% das unidades), a dificuldade de obter financiamento (41% das unidades), a falta de capacitação e treinamento (25% das unidades) e a falta de divulgação e insuficiência de mão-de-obra familiar (22% das unidades) são as principais dificuldades percebidas pelos agricultores envolvidos no desenvolvimento do agroturismo em suas propriedades.

Uma das expectativas com a pesquisa era de que os entrevistados apontassem a legislação vigente, que determina um conjunto de exigências legais para a legalização da atividade, a qual poderia constituir um dos entraves para o desenvolvimento do agroturismo em Santa Catarina. No entanto, esta idéia não se confirmou integralmente, uma vez que o fator “legislação” aparece apenas em sétimo lugar entre os itens que restringem a entrada e o crescimento de empreendedores na atividade, conforme pode ser visto na tabela 6.

TABELA 6 - PRINCIPAIS DIFICULDADES PERCEBIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE AGROTURISMO, SEGUNDO A CATEGORIA DO EMPREENDIMENTO

DIFICULDADE	Nº DE EMPREENDIMENTOS INFORMANTES									
	Total	Serviços de Hospedagem	Camping	Serviços de Alimentação	Venda de Produtos	Turismo de Conhecimento	Pesque-pague	Parque Aquático	Lazer em Geral	Outra Categoria
Falta recursos próprios	368	25	40	20	89	31	117	8	29	9
Dificuldade obter financiamento	225	11	23	9	57	20	76	6	18	5
Estrada de má qualidade	88	3	4	3	22	10	26	0	13	7
Falta apoio do setor público	78	6	6	5	20	8	23	4	6	0
Falta de divulgação	121	14	12	10	27	11	34	3	7	3
Falta de infraestrutura de apoio	64	10	4	3	16	8	18	2	3	0
Custo do financiamento	31	4	2	2	17	2	0	2	1	1
Falta assessoria técnica	84	1	7	2	23	13	26	1	9	2
Falta capacitação/treinamento	140	13	9	10	32	16	37	8	10	5
Pequeno número clientes	112	8	9	13	21	19	27	3	7	5
Falta mão-obra familiar	121	9	14	8	25	8	41	3	8	5
Legislação restritiva	67	2	2	3	35	5	15	1	3	1
Outra	3	0	0	1	0	0	1	0	0	1
Total de Dificuldades	1.502	106	132	89	384	151	441	41	114	44

FONTE: Pesquisa de campo.

Este fato permite afirmar que, dado o estágio em que se encontra a atividade em Santa Catarina, a legislação ainda não se constituiu em fator limitante ou inibidor da expansão das atividades relacionadas com o agroturismo. No caso da transformação e venda de produtos, pelo caráter informal com que são implantados muitos desses empreendimentos, a legislação é mais tolerante ou nem sequer chega a influenciar estas iniciativas.

A Expectativa dos Agricultores com o Agroturismo

Os agricultores que possuem empreendimentos de agroturismo, quando indagados sobre suas pretensões futuras, responderam, na sua maioria (85% deles), que pretendem aumentar a capacidade de atendimento da atividade. Este percentual expressa uma expectativa otimista por parte dos envolvidos na atividade em relação ao potencial de ampliação da sua capacidade. A expectativa se manteve quando se indagou sobre as perspectivas de novos investimentos. Mais uma vez, 85% deles afirmaram que pretendem agregar, nos próximos dois anos, novos serviços ao produto turístico.

Considerações Adicionais

O conjunto de informações apresentadas anteriormente fornece uma caracterização geral da atividade e mostra a grande diversidade de situações que também se encontram sob o guarda-chuva do “agroturismo”, o que, de alguma forma, revela um certo dinamismo deste segmento.

Convém esclarecer que algumas dessas atividades, cadastradas como “empreendimentos turísticos”, especialmente das unidades de venda de produtos, na verdade são atividades tradicionais e complementares, que, historicamente, fazem parte do sistema de produção da agropecuária familiar, como é o caso da produção de produtos derivados do leite (queijo, nata, requeijão, iogurtes, etc.), de derivados da carne (salames, morcelas, torresmos, defumados, etc.), de derivados da uva (vinho, vinagre, grapa, suco, etc.), de derivados da cana (cachaças, melados, açúcares, etc.) ou, ainda, de doces, compotas, conservas e outros.

A venda de produtos coloniais, produzidos de forma artesanal e cujo “saber fazer” é transmitido de pai para filho, sempre existiu no mundo rural catarinense, independentemente da formação histórica e étnica de suas colônias. O que o agroturismo pode vir a acrescentar é a revalorização destes produtos e de seus produtores e a ampliação das possibilidades de escoamento direto destas produções, com objetivos e resultados ampliados, que vão bem além dos aspectos meramente comerciais e econômicos. O que está em jogo são o modo de ser, a cultura, o “saber fazer”, as novas funções e a revalorização do “homem rural” e de seu espaço.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO

Nesta parte são apresentados os resultados da pesquisa de campo relativos aos estudos de caso. A seção está subdividida em três partes. A primeira apresenta os empreendimentos estudados e faz uma descrição geral das diferentes categorias de atividade consideradas, baseada nas informações da tabela 7. Destacam-se algumas questões gerais relacionadas às atividades econômicas executadas no âmbito da modalidade agroturismo.

A segunda (caracterização por atividade principal), enfoca algumas características das diferentes categorias de atividade presentes na modalidade de agroturismo. A terceira (outros aspectos da pesquisa), explora outras questões julgadas mais relevantes na pesquisa, tratando-as de forma geral ou específica, dependendo do caso; aborda os impactos da atividade turística sobre as famílias dos agricultores e aponta para aspectos restritivos ao desenvolvimento do agroturismo em Santa Catarina.

Identificação e Dimensão dos Empreendimentos Estudados

Todos os estabelecimentos objeto do estudo são gerenciados pelos próprios proprietários do empreendimento. Eles são donos das terras que ocupam, com exceção do município de Meleiro, onde o produtor também assume a condição de arrendatário em parte das terras que explora, atividade que não interfere no estudo em apreço, uma vez que o pesque-pague se localiza na gleba de propriedade do informante.

Quanto à área ocupada pelos empreendimentos visitados nos estudos de caso, predominam estabelecimentos na faixa de 10 a 50 hectares. Na região serrana, há um caso em que a área atinge 300 hectares (a maior parte das áreas com relevo acidentado), o que pode ser considerado, dentro dos padrões agrários do

**ESTUDO DO POTENCIAL DO
AGROTURISMO EM SANTA CATARINA**

TABELA 7 - LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS ESTABELECIMENTOS DE AGROTURISMO PESQUISADOS

MUNICÍPIO	REGIÃO	ÁREA DA PROPRIEDADE	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	ANO DE INÍCIO	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO
Chapecó	Oeste	36 ha	Proprietário	Alimentação	2001	35-40 pessoas
Xanxerê	Oeste	41 ha	Proprietário	Lazer geral	2000	40-50 pessoas
Chapecó	Oeste	14 ha	Proprietário	Venda de produtos	2000	30-40 pessoas
Itapiranga	Oeste	12 ha	Proprietário	Lazer em geral	1998	50 pessoas
São P. Alcântara	G.Fpolis	27 ha	Proprietário	Venda de produtos	2000	10 pessoas
Joinville	Norte	16 ha	Proprietário	Venda de produtos	1992	35 pessoas
S. Martinho	Sul	48 ha	Proprietário	Alimentação	1999	300 pessoas
Anitápolis	G.Fpolis	156 ha	Proprietário	Alimentação	1999	15 pessoas
Sta. R. de Lima	Sul	47 ha	Proprietário	T. conhecimento	2000	30 pessoas
Pedras Grandes	Sul	43 ha	Proprietário	Venda de produtos	1999	5 famílias
Meleiro ¹	Sul	20 ha	Proprietário	Pesque-Pague	1999	50 pessoas
Rio Rufino	Serrana	300 ha	Proprietário	Camping	1999	30 pessoas
Urubici	Serrana	25 ha	Proprietário	Pousada	1999	7 pessoas
Jaraguá do Sul	Norte	9,7 ha	Proprietário	Pesque-Pague	2000	150 pessoas
Brusque	V.Itajaí	24 ha	Proprietário	Pesque-Pague	1990	30 pessoas
Atalanta	V.Itajaí	13,3 ha	Proprietário	Hospedagem	1999	5 pessoas
Agrolândia	V.Itajaí	86 ha	Proprietário	Lazer em geral	1999	100 pessoas

FONTE: Pesquisa de campo.

¹ Esse agricultor, além de ter sua propriedade, arrenda terras para cultivar arroz.

estado de Santa Catarina, como sendo de médio a grande proprietário. Neste caso, a localização do estabelecimento (Planalto Serrano) explica esta distinção, uma vez que nessa região são mais representativas as médias e grandes propriedades agrícolas.

Quase todos os empreendimentos estudados iniciaram suas atividades há pouco tempo. Observa-se que, à exceção do pesque-pague existente no município de Brusque e da unidade de venda de produtos no município de Joinville, todas as demais atividades são extremamente recentes; mais de 80% delas foram implementadas nos últimos três anos.

Este fato traz implicações concretas ao se procurar analisar a atividade em termos de alternativas efetivas para a agricultura familiar, uma vez que ainda não se dispõe de informações precisas e capazes de indicar uma tendência da atividade no âmbito do desenvolvimento rural.

Por serem empreendimentos bastante recentes e estarem na fase inicial de seu ciclo de vida (fase de implantação), as informações coletadas não espelham uma situação consolidada. Pelo contrário, refletem, em geral, as condições dos empreendimentos que estão tentando se implantar em Santa Catarina, situação da maioria deles.

A dimensão dos empreendimentos, enfocada a partir de sua capacidade de atendimento, é, na sua imensa maioria, de atividades de pequeno porte, exceto o caso de São Martinho. Este restaurante opera numa escala média e tem uma clientela bastante expressiva, que cresce muito aos finais de semana, principalmente durante o período do verão.

De um modo geral, os aspectos acima citados são bastante úteis para realçar as diferenças entre o agroturismo e as demais modalidades de turismo existentes no espaço rural, uma vez que a dimensão da ativi-

dade e o uso da mão-de-obra necessitam estar integrados à dinâmica da unidade familiar de produção, que deverá manter as atividades agropecuárias. Estas distinções são exploradas a seguir, quando são analisadas diversas categorias de atividade que integram o agroturismo, as quais foram pesquisadas em maior profundidade nos seus aspectos qualitativos.

Caracterização e Descrição dos Empreendimentos por Categoria de Atividade Principal

Empreendimentos de Alimentação

Para esta categoria, foram realizados três estudos de caso: um na região Oeste (Chapecó); um na região Sul (São Martinho) e o último, na região da Grande Florianópolis (Anitápolis).

Os três empreendimentos estão localizados em circuitos de agroturismo organizados, porém, com graus de desenvolvimento diferenciados. Os dos municípios de Chapecó e Anitápolis são circuitos em formação, enquanto o de São Martinho se encontra em um estágio mais avançado, com diversas atividades já consolidadas e um bom fluxo de clientes e visitantes, o que possibilitou uma ampliação de sua escala.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos em que se desenvolvem as atividades, nota-se que apenas o de Anitápolis (Grande Florianópolis) ocupa uma área superior a 150 hectares. Entretanto, trata-se de uma propriedade com pouca área agricultável, tendo em

vista estar localizada na encosta da Serra Geral, onde predomina uma topografia fortemente acidentada.

Do ponto de vista da capacidade de atendimento, pode-se classificar genericamente como empreendimento de pequeno porte o que se localiza no município de Anitápolis; de médio porte o de Chapecó; de grande porte o de São Martinho. Esta diferença de dimensionamento está em linha com as circunstâncias operacionais destas unidades.

O de São Martinho está localizado em um circuito já consolidado de agroturismo e é bastante beneficiado pela presença constante e numerosa de turistas nas águas termais de Gravatal, os quais freqüentemente excursionam para conhecer este circuito.

O empreendimento de Chapecó, embora bastante recente, se localiza próximo à cidade, um aglomerado urbano de médio porte e que por isso possibilita uma maior circulação de pessoas no seu entorno. Já o empreendimento de Anitápolis está relativamente isolado, situado a uma boa distância da sede municipal, que é pequena, e a mais de cem quilômetros de Florianópolis e São José, os centros urbanos mais próximos.

Quanto ao tipo de público que freqüenta os empreendimentos, observa-se que há uma certa semelhança entre os três casos, porque geralmente são pessoas de classe média e que viajam em grupo de excursão e/ou família. Deve-se ressaltar que, no caso do empreendimento de Anitápolis, há uma predominância de grupos de visitantes ligados ao ambientalismo, uma vez que a propriedade fica bem próxima ao “Morro do Cinquenta”, local de contemplação da natureza e com uma ampla visibilidade da região.

Em termos da adequação das instalações, notou-se um subdimensionamento em todos os casos pesquisados, especialmente no quesito relativo a banheiros, o que implica a necessidade de novos investimentos para atender de forma adequada aos turistas. Apenas no empreendimento localizado em Chapecó observaram-se problemas de mau cheiro no entorno, provavelmente advindo das criações de suínos, atividade comum na região.

Com relação à infra-estrutura, verificaram-se problemas de diversas ordens. Em geral, as estradas de acesso são estreitas (especialmente para passagem de ônibus), mal sinalizadas e, em alguns casos, intransitáveis nos períodos chuvosos.

Há problemas também com a energia elétrica e telefone, especialmente no empreendimento de Anitápolis, que não dispõe desses bens de consumo para disponibilizar estes confortos aos turistas. Neste caso específico, no entanto, a falta desta infra-estrutura é considerada um atrativo por alguns grupos de pessoas.

As preocupações dos proprietários com suas condições sanitárias deixam a desejar. Nos três casos pesquisados, não é feita análise da água, embora seja abastecida por nascentes de dentro das propriedades e sob seu controle. O relatório de avaliação da qualidade da água no meio rural de Santa Catarina para o Projeto Microbacias, realizado pelo Instituto Cepa/SC e pela Epagri, mostra um alto nível de contaminação dos cursos d'água por coliformes fecais (principalmente por animais domésticos).

Os dejetos humanos são destinados às fossas sépticas em dois casos. Na propriedade de Anitápolis, eles são despejados em um córrego que passa próximo à sede da propriedade. Seu proprietário informou estar tomando providências para a construção de uma fossa séptica.

No trato do lixo, adota-se a prática corriqueira da queima e do enterramento; apenas em São Martinho o recolhimento é feito pela administração municipal.

Os fatores que motivaram a implantação da atividade em Chapecó foram as dificuldades econômicas com as atividades agropecuárias. Já em São Martinho foi o efeito multiplicador e indutor de outras experiências na comunidade (decorrentes da constituição do circuito de agroturismo). Finalmente, em Anitápolis, foi o apoio da associação de agroturismo "Acolhida na Colônia", considerada a principal incentivadora da entrada na atividade.

No processo de implantação da atividade, nenhum caso teve projeto técnico, mas todos tiveram apoio técnico (de pessoa ou entidade). Outra característica é que os investimentos foram bancados com recursos do próprio empreendedor, menos o de São Martinho, que obteve um financiamento de 50% dos custos iniciais de implantação da atividade junto ao sistema financeiro local.

Empreendimentos de Venda de Produtos

Para esta categoria de atividade, foram realizados quatro estudos de caso: um na região Oeste, no município de Chapecó; um na região Sul, em Pedras Grandes; um na região Norte, em Joinville; o último, na Grande Florianópolis, no município de São Pedro de Alcântara.

O fato em comum entre estas experiências estudadas é que elas iniciaram suas atividades a partir de 1999-2000, exceto no caso de Joinville, cujas atividades estão em curso desde 1992. Estes casos de funcionamento recente fogem da situação geral do estado em que a venda de produtos na propriedade é tradicional.

Estas são experiências organizadas dentro de circuitos turísticos, exceto a do município de São Pedro de Alcântara. Nos municípios de Chapecó e Pedras Grandes, os circuitos estão em formação, enquanto em Joinville o processo se encontra em estágio mais avançado, com diversas atividades já consolidadas, o que possibilita uma ampliação da escala.

Todos os estabelecimentos têm área inferior a 50 hectares. Além de dimensões pequenas, deve-se realçar o fato de que em todos os casos pesquisados a área agricultável apresentou-se bastante reduzida devido às características topográficas regionais desfavoráveis, o que impõe sérias limitações para estas unidades sobreviverem cultivando os produtos tradicionais.

Do ponto de vista da capacidade de atendimento, podem-se classificar os empreendimentos, genericamente, em dois grupos: o grupo de pequeno porte (estabelecimentos localizados nos municípios Pedras Grandes e São Pedro de Alcântara), cuja capacidade de atendimento se situa ao redor de 10 pessoas, e o grupo de médio porte (nos municípios de Chapecó e Joinville), cuja capacidade de atendimento fica ao redor de 40 pessoas.

O público que freqüenta os empreendimentos é formado, na maioria, por pessoas de classe média, que normalmente viajam em grupo, excursão e/ou família.

Quanto às instalações, foram consideradas razoavelmente adequadas em todos os casos pesquisados.

No empreendimento de Chapecó observaram-se problemas de mau cheiro no entorno, provavelmente proveniente das criações de suínos. Neste e no empreendimento de São Pedro de Alcântara, verificaram-se problemas com o mosquito borrachudo.

Quanto à infra-estrutura, verificaram-se alguns problemas. As estradas de acesso, de um modo geral, são malconservadas e pouco sinalizadas, exceto no caso de Joinville, em que a estrada de todo o circuito é pavimentada e está com boa sinalização. A falta de telefone foi constatada apenas no município de São Pedro de Alcântara.

As condições de saneamento aparecem de forma bastante distinta. Apenas na experiência de São Pedro de Alcântara não é feita análise da água, caso em que a propriedade é abastecida por uma nascente interna. Quanto ao lixo, adota-se a prática corriqueira da queima e do enterramento. Os dejetos humanos são destinados às fossas sépticas, exceto no caso de São Pedro de Alcântara, onde são despejados em um riacho próximo à sede da propriedade.

O fator motivador da implantação da unidade de venda de produtos da propriedade ao turista, comum em todos os casos pesquisados, foi a busca de complementação da renda da agropecuária, através da venda direta ao consumidor final com agregação de valor aos produtos. Apenas em Pedras Grandes se falou em resgate cultural dos familiares antepassados.

Em dois casos, São Pedro de Alcântara e Pedras Grandes, não foi feito projeto técnico para a implantação da atividade, enquanto nos demais as atividades foram implementadas com base em uma proposta técnica. Em todos os casos, observou-se que houve apoio técnico, seja através das prefeituras municipais, da Epagri ou de outros.

Grande parte das iniciativas foi bancada com recursos próprios dos agricultores, exceto no caso de Chapecó, que obteve um financiamento do Pronaf-Agroindústria, através do Programa Desenvolver.

Empreendimentos de Lazer em Geral

Para esta categoria, foram realizados três estudos de caso: dois estudos na região Oeste (Xanxerê e Itapiranga) e um estudo na região do Vale do Itajaí (Agrolândia). Os serviços básicos oferecidos variam desde trilhas e pescarias até serviços de refeições e café colonial.

Os três empreendimentos são de implantação bem recente, pois iniciaram suas atividades a partir de 1998. São experiências situadas em locais com potencial turístico, porém, ainda não integrados a circuitos organizados.

Das três experiências, apenas a de Agrolândia possui mais de 50 hectares (86 hectares) de área total. Entretanto, deve-se considerar que sua área agricultável, devido às características topográficas bastante acidentadas, é bastante reduzida.

Quanto à capacidade de atendimento de público, os empreendimentos podem ser genericamente classificados como de médio porte, com capacidade ao redor de 40 a 50 pessoas.

O público que frequenta estes empreendimentos, a exemplo das categorias anteriores, tem origem na própria região e é formado por grupos de excursão e/ou familiares de classe média.

Avaliando-se a adequação das instalações, registraram-se deficiências em dois dos casos pesquisados, havendo falta de banheiros para os visitantes, mau cheiro no entorno e, num deles, instalações impróprias para a atividade.

Relativamente à infra-estrutura, não foram verificados grandes problemas, destacando-se em todos os casos o bom estado das estradas de acesso. A ausência

de telefone foi percebida em Xanxerê e Itapiranga; em ambos os municípios, constatou-se também a existência de problemas com a sinalização para os turistas.

As condições de saneamento são razoáveis em todos os casos pesquisados. Apenas no município de Agrolândia não se faz análise da água, sendo ela fornecida por uma nascente interna à propriedade. Quanto à destinação do lixo, a prática adotada é a da corriqueira queima e enterramento. Já os dejetos humanos são jogados em fossas sépticas. Problemas de mau cheiro ou poluição foram observados nos três casos.

Quanto aos estímulos à implantação da atividade, apenas em um caso (Agrolândia) foi citada a busca de complementação da renda agropecuária. Nos demais, os motivos variam desde interesse dos filhos da família (Itapiranga) até o incentivo e apoio dos técnicos da prefeitura municipal (Xanxerê).

Todas as iniciativas foram bancadas com recursos próprios e em todos os casos não foram elaborados projetos técnicos para a implantação da atividade. Em apenas um deles houve apoio técnico, através da prefeitura municipal.

Empreendimentos de Pesque-Pague

Para esta categoria, foram realizados três estudos de caso: um na região Sul (Meleiro); um na região do Vale do Itajaí (Brusque) e outro na região Norte do Estado (Jaraguá do Sul). Duas das experiências pesquisadas são bem recentes, pois tiveram suas atividades iniciadas a partir de 1999. Já a experiência do município de Brusque é uma das mais antigas do estado, tendo sido iniciada no ano de 1990.

São experiências em locais com potencial turístico, porém, não estão integradas a circuitos turísticos. Tanto a região do Vale do Itajaí como a do Norte do Estado dispõem de muitos empreendimentos de pesque-pague. Nos casos pesquisados, além da pescaria, existem alguns serviços básicos, como bar, restaurante com refeições e venda de produtos da indústria caseira.

Todos os estabelecimentos agropecuários que desenvolvem estas atividades têm área inferior a 25 hectares; um deles, no município de Jaraguá do Sul, possui área de apenas 9 hectares.

Pela capacidade de atendimento, pode-se, genericamente, classificar os empreendimentos como de médio porte, com capacidade para 40 a 50 pessoas.

Constatou-se, em todos os casos pesquisados, que o público que frequenta os pesque-pague tem origem na própria região e são pessoas de renda média, que normalmente viajam com a família. Apenas no caso do município de Jaraguá do Sul mencionou-se que uma parte do público vem de outras regiões do estado. As próprias características da atividade de lazer estão relacionadas ao atendimento do público das proximidades, já que envolve a venda do pescado.

Na avaliação da adequação das instalações, notou-se a existência de deficiências apenas no caso de Meleiro, cujas instalações sanitárias se mostraram maldimensionadas. Já nos casos de Brusque e Jaraguá do Sul, esses quesitos apresentavam-se de forma satisfatória.

Na disponibilidade de infra-estrutura, não se verificaram maiores problemas, podendo-se destacar, em todos os casos, o bom estado das estradas de acesso. Em todos eles constatou-se a existência de telefone e energia elétrica. A ausência de sinalização foi percebida nos municípios de Brusque e Jaraguá do Sul.

As condições de saneamento são bastante parecidas em todos os casos pesquisados. Nestas unidades não se tem o hábito de fazer análise da água. Os empreendimentos de Brusque e de Jaraguá do Sul são abastecidos por poço artesiano. Para o lixo, adota-se a prática corriqueira da queima e enterramento. Nos três casos, os dejetos humanos são destinados a fossas sépticas.

Nestes pesque-pague, verificou-se a existência de motivos bem diferentes para a implantação da atividade. No caso de Meleiro, foram pessoas que visitavam a propriedade para pescar que estimularam a implantação do pesque-pague. Em Jaraguá do Sul, a motivação veio dos cursos sobre piscicultura de que o proprietário participou. Já em Brusque, foi a assistência técnica que incentivou a implantação da atividade.

No que diz respeito aos fatores relacionados ao processo de implantação da atividade, notam-se situações bem distintas entre os três casos. O projeto técnico foi elaborado apenas no caso de Brusque. Em Jaraguá do Sul e em Brusque, o apoio técnico ocorreu através da prefeitura municipal e da Epagri; apenas em Meleiro não houve esse tipo de apoio.

Todas as iniciativas foram bancadas com recursos próprios, exceto no caso de Jaraguá do Sul, que obteve financiamento bancário para iniciar a atividade. Em dois casos (Brusque e Jaraguá do Sul), devido à falta de conhecimento dos sistemas de criação dos peixes, houve dificuldades iniciais na implantação da atividade.

Empreendimentos de Hospedagem

Para esta categoria, foram realizados dois estudos de caso: um estudo na região do Vale do Itajaí (Atalanta) e outro na região do Planalto Catarinense (Urubici). As duas experiências pesquisadas são bem recentes, pois iniciaram as suas atividades em 1999.

Ambas estão localizadas em regiões com elevado potencial turístico, notando-se que a do município de Urubici faz parte de um circuito desenvolvido de turismo voltado ao frio³. Em Urubici, além da hospedagem, são oferecidos alguns serviços básicos, como: refeições servidas na casa do agricultor, café colonial e cavalgadas.

Já a experiência de Atalanta faz parte de uma estratégia apoiada pela Associação de Preservação do Meio Ambiente do Vale do Itajaí (Apremavi), que organizou alguns agricultores ao redor de sua sede para oferecerem os serviços turísticos de hospedagem e alimentação aos visitantes e participantes das suas atividades.

O tamanho dos estabelecimentos agropecuários em que se desenvolvem estas atividades é reduzido. Sua área é inferior a 25 hectares; em Atalanta, a área é de apenas 13 hectares.

Pela capacidade de atendimento, os empreendimentos podem ser classificados como de pequeno porte, com capacidade entre cinco e seis pessoas.

Quanto ao público que frequenta os empreendimentos, observa-se, no caso de Atalanta, que a maioria das pessoas têm origem na própria região. Já no empreendimento de Urubici, a maioria das pessoas que se hospedam vem de Florianópolis, Curitiba e São Paulo, é de classe média e normalmente viaja com a família.

Na avaliação da adequação das instalações, não se verificou a existência de problemas em ambos os casos pesquisados, uma vez que as instalações sanitárias foram consideradas adequadas para a atividade (banheiros bem dimensionados e boa condição de higiene).

Não se verificaram maiores problemas quanto à disponibilidade de infra-estrutura, destacando-se, nos dois casos, o bom estado de conservação das estradas de acesso. Nas duas pousadas há energia elétrica, porém, o telefone está presente apenas no município de Urubici. Neste município, entretanto, houve problemas com a sinalização, considerada deficiente.

As condições de saneamento são bem díspares entre os casos. Apenas em Urubici se tem o hábito de fazer análise da água, que é fornecida pela rede pública. Já em Atalanta, a água provém de um poço comum e suas condições sanitárias não são analisadas. O lixo é queimado e os dejetos humanos são destinados, em ambos os casos, a fossas sépticas.

Como fatores motivadores para a implantação da atividade, verificou-se que nos dois casos houve um forte incentivo por parte das prefeituras municipais, que deram apoio durante a implantação da atividade, além do trabalho de entidades de assessoria. Além disso, a abertura desses empreendimentos foi incentivada, nestas localidades, pela existência de demanda por esse tipo de serviço.

No processo de implantação da atividade, não houve elaboração de projeto técnico. As duas iniciativas foram bancadas com recursos próprios e a maior dificuldade inicial foi a falta de conhecimento sobre a melhor forma de receber os turistas.

³Deve-se relativizar este aspecto com respeito à modalidade do agroturismo, tendo em vista que os circuitos organizados de Turismo Rural no Planalto Serrano Catarinense têm uma dinâmica determinada por outra modalidade, que é a exploração das rotas do frio e dos campos, com unidades de hospedagem de médio e grande porte, como os hotéis-fazenda e as pousadas rurais.

Empreendimentos com Outras Atividades (Camping e Turismo de Conhecimento)

Para essas duas categorias, foi realizado um estudo de caso para cada experiência. O estudo sobre turismo de conhecimento foi realizado na região da encosta da Serra Geral (Santa Rosa de Lima) e o estudo que tem o camping como atividade principal foi realizado na região do Planalto Serrano (Rio Rufino). Estes empreendimentos iniciaram suas atividades em 1999 (Rio Rufino) e em 2000 (Santa Rosa de Lima).

São experiências localizadas em regiões com potencial turístico. A do município de Santa Rosa de Lima faz parte de um circuito organizado de agroturismo, tendo na visitação à agroindústria rural sua atividade básica, enquanto que a outra oferece acampamento e lazer no meio rural.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários em que se desenvolvem as atividades, há uma distinção importante a ser feita. No caso de Santa Rosa de Lima, a área é inferior a um hectare, pois se refere apenas ao terreno em que está construída a agroindústria de processamento de verduras e legumes. Já a propriedade que dispõe do camping tem uma área aproximada de 300 hectares, podendo ser considerada grande propriedade, considerando-se o padrão agrário catarinense. Contudo, a área aproveitável do terreno é bastante limitada, como já foi evidenciado.

Pela capacidade de atendimento, os empreendimentos podem ser classificados, genericamente, como de pequeno porte, pois a capacidade situa-se ao redor de 30 pessoas.

Em Santa Rosa de Lima, como público que frequenta o empreendimento predominam as visitas de agricultores e técnicos provindos de diversas regiões do estado e do País. Já no caso de Rio Rufino, as pessoas têm origem na região e também em outros estados, predominando turistas de classe média e que normalmente viajam em grupos de famílias.

Avaliando-se a disponibilidade de infra-estrutura, foram verificados alguns problemas, destacando-se, nos dois casos, as condições das estradas de acesso, que não são muito boas e se agravam quando chove. Existe energia elétrica, porém, falta telefone nas duas experiências visitadas. Nos dois casos, verificaram-se problemas com a sinalização, considerada deficiente.

Com relação às condições de saneamento, em Rio Rufino não se tem o hábito de fazer análise da água. Para o lixo, adota-se, em ambos os casos, a prática da queima e da coleta. Já os dejetos humanos são destinados a fossas sépticas.

Ambas as experiências tiveram projeto técnico e assistência técnica. A unidade de Santa Rosa de Lima (agroindústria processadora) foi financiada com recursos do Pronaf, ao passo que a unidade de Rio Rufino foi implementada com recursos próprios.

Impactos e Outros Aspectos Avaliados nos Estudos de Caso

Mão-de-obra

De uma maneira geral, verificou-se que não há dificuldades com relação a este quesito, uma vez que a mão-de-obra utilizada nas atividades de agroturismo é fundamentalmente familiar. Esta característica pode se constituir num fator decisivo para o desenvolvimento desta atividade e para o desempenho econômico dos empreendimentos, uma vez que reduz em muito seus custos operacionais.

Observaram-se, entretanto, casos de contratação esporádica ou mesmo regular de pessoas para o agroturismo. Nos finais de semana e em dias de maior movimento, em uma boa parte das unidades visitadas, são contratados parentes, vizinhos ou outras pessoas. Nestes casos, as contratações ocorrem de maneira informal. O tempo de trabalho, a forma de pagamento e seu custo são variáveis, de acordo com o empreendimento.

Num caso específico, o de Rio Rufino, observou-se a prática da contratação de mão-de-obra permanente, sendo esta feita dentro das normas legais (com carteira de trabalho assinada e pagamento de salários, mais comissão de participação na atividade). Ainda assim, a pessoa contratada dedica a maior parte do tempo às lidas normais da fazenda e apenas nos finais de semana se envolve com o atendimento ao campista.

Alguns entrevistados destacaram a questão dos custos e encargos sociais como fatores que limitam a contratação de mão-de-obra de terceiros (externa à família).

Na quase unanimidade dos casos, portanto, a ocupação de mão-de-obra fica restrita à esfera das relações familiares e de vizinhança. De alguma forma, este aspecto revela uma característica muito específica da atividade: o engajamento no novo empreendimento do conjunto dos membros familiares das unidades de produção e o envolvimento temporário e esporádico de vizinhos e parentes.

Constatou-se preocupação dos empreendedores com a qualificação/capacitação da mão-de-obra ocupada; porém, em alguns casos percebeu-se que a experiência familiar, tanto no trato das pessoas quanto no desenvolvimento das atividades, está respondendo adequadamente.

Assim, a melhoria na capacitação para a atividade nem sempre é uma necessidade sentida. Ouviu-se, em algumas entrevistas, a expressão: “acho que como está, está bom...”. Na maioria dos casos constataram-se deficiências importantes na qualificação/capacitação da mão-de-obra; apenas em alguns empreendimentos as pessoas tiveram acesso a cursos que contribuíram para melhorar o nível de atendimento ao público.

Vale destacar que quase 80% dos pesquisados apontaram alguma área prioritária para treinamento da mão-de-obra. A grande maioria destacou o atendimento ao público como área de maior necessidade de treinamento.

Renda

Participação da matéria-prima própria na receita do agroturismo

Ao se analisar a participação da matéria-prima produzida nas propriedades na composição da receita proveniente do turismo, notou-se que é elevada em boa parte dos casos pesquisados, especialmente nas unidades de venda de produtos, nos pesque-pague e, em alguns casos, de serviços de alimentação, chegando, em algumas situações, a 100% de contribuição.

Menores participações das matérias-primas de produção própria na receita com o turismo ocorrem no empreendimento de São Martinho (categoria alimentação), que participa com 30%; nos casos de Atalanta e de Urubici (categoria hospedagem), esta participação situa-se na faixa de 10%; no caso do camping de Rio Rufino, a participação é bem restrita, não atingindo mais de 10%; no caso do turismo de conhecimento (Santa Rosa de Lima), a receita advém de uma taxa (R\$ 1,00) cobrada por pessoa de cada grupo de excursão que visita a agroindústria; do total arrecadado mensalmente, 2% vai para a associação de agroturismo da região, denominada “Acolhida na Colônia”.

Além de agregar valor às matérias-primas consumidas nos próprios locais da visita (cafés da manhã, almoço, etc.), o agroturismo demonstrou contribuir, nos casos estudados, para o escoamento de produtos coloniais, mesmo nos casos em que a venda de produtos diretamente ao turista não é a atividade fim do empreendimento.

A contribuição da matéria-prima produzida nas propriedades para a receita do turismo reforça um dos aspectos conceituais básicos, que preconiza que a ma-

ior parte dos bens a serem utilizados na atividade turística seja fornecida pela própria unidade de produção agrícola. Isto confirma a proposição de que as unidades de agroturismo se viabilizam mais facilmente quando utilizam matéria-prima própria ou local, contribuindo para a agregação de valor aos seus produtos.

Participação das diversas atividades e serviços na receita do agroturismo

Em relação à participação das diversas atividades e serviços na receita do agroturismo, verificam-se várias situações. Nos três casos da categoria alimentação, o setor (serviços de restaurante) contribui majoritariamente nos casos de São Martinho (94%) e Chapecó (100%), enquanto em Anitápolis há uma distribuição mais homogênea entre alimentação, hospedagem, venda de produtos e serviços de lazer.

Na categoria venda de produtos, a receita dos produtos participa com 100% nos casos de São Pedro de Alcântara e Pedras Grandes, 70% em Chapecó e 90% em Joinville.

Nos três casos da categoria lazer (Xanxerê, Itapiranga e Agrolândia), os serviços de lazer e venda de produtos participam majoritariamente em todos, chegando até a 95% da receita.

Nos três casos de pesque-pague (Meleiro, Jaraguá e Brusque), a venda do peixe pescado chega a representar até 95% da receita; o restante provém das atividades de bar e restaurante, que costumam fazer parte da infra-estrutura desses empreendimentos.

Nos dois casos da categoria hospedagem, a diária do pernoite responde por 100% da receita, no caso

de Urubici, e por 90%, no caso de Atalanta. Neste município, especificamente, os setores de alimentação e venda de produtos respondem pelo restante da receita da atividade turística.

Na categoria de outras atividades, no caso do camping (Rio Rufino), constatou-se que a diária responde por mais de 90% da receita do agroturismo.

Participação do agroturismo na renda familiar

Como se evidenciará mais adiante, os empreendimentos estudados, assim como a maioria dos agricultores, não costumam contabilizar os custos de suas atividades, o que dificulta identificar a composição da renda segundo a origem. No entanto, a partir da composição das receitas, pode-se ter uma idéia sobre as fontes de renda destas unidades.

Quanto à importância do agroturismo para a economia familiar, verificam-se variações bastante significativas entre as experiências pesquisadas nos estudos de caso. No total da receita familiar, a participação da atividade turística varia de 5% até 90%; a maior frequência, entretanto, está entre 5% e 20%.

Como exemplos, é muito importante para os empreendimentos de venda de produtos de Joinville (92% do total da receita), de alimentação de São Martinho (80% do total) e para o pesque-pague de Jaraguá do Sul (80%); de importância mediana para o pesque-pague de Meleiro (40%), para a venda de produtos de São Pedro de Alcântara (40%) e para o serviço de alimentação de Chapecó (35%). Para os demais empreendimentos que informaram, a participação da atividade turística na receita total varia de 5% a 20%, situando-se com maior frequência em 10%.

Estas informações mostram que o agroturismo tem importância econômica muito diferenciada entre os empreendimentos participantes. Para os que têm como finalidade principal a venda de produtos ao turista (pesque-pague ou venda de produtos propriamente ditos), o agroturismo significa uma importante e decisiva forma de escoamento da produção “valorizada” (devido à venda direta ao consumidor final), embora os percentuais de escoamento variem sensivelmente de um empreendimento para outro. Para as unidades cuja finalidade principal seja um misto de venda da produção própria com a incorporação da prestação de serviços, como no caso dos serviços de alimentação, o agroturismo ajudou a elevar a agregação de valor aos produtos agrícolas e coloniais, ainda que sua contribuição para a renda familiar varie bastante de uma unidade para outra, dependendo das condições objetivas de cada uma.

Já para os empreendimentos voltados à prestação de serviços ao turista, como hospedagem e ofertas de lazer em geral, a contribuição para a receita das propriedades agrícolas se mostrou bem mais modesta (entre 5% e 20%). No entanto, dado que estes empreendimentos ainda são recentes e não se consolidaram e considerando que a atividade é pouco divulgada enquanto produto turístico, é possível pensar, no médio prazo, numa elevação substancial de sua contribuição na receita e na renda familiar para o conjunto das famílias envolvidas com a atividade, sem que isso venha a significar perda de complementaridade com as atividades agropecuárias.

Gestão e administração financeira

Na maioria dos casos pesquisados, observou-se que não se realiza nenhum tipo de registro e controle financeiro das atividades; mesmo nos empreendimentos em que isto se faz, normalmente o é de forma ainda precária. Entre os que não controlam financeiramente as atividades, alguns não acham importante e outros demonstraram preocupação com o problema. De alguma forma, este fato reforça uma característica tradicional da maioria das unidades familiares de produção: a da pouca preocupação com o acompanhamento das condições administrativas e financeiras dos empreendimentos.

No processo de formação de preços dos produtos e serviços verificou-se a existência de situações muito distintas, como valores fixados com base nos preços praticados do mercado regional, sugestões de vizinhos, prefeituras e órgãos de apoio, até algo mais elaborado, com base nos custos de produção.

O processo de tomada de decisões no âmbito dos empreendimentos ocorre, em todos os casos, no seio familiar. Em alguns, no entanto, observou-se que é a mulher quem detém mais conhecimento sobre os aspectos gerais da atividade turística, e, particularmente, sobre a situação financeira da atividade.

A maior parte dos recursos para desenvolver as atividades relacionadas ao turismo provém das atividades agropecuárias; apenas em alguns casos participam recursos de instituições financeiras, da aposentadoria de membros da unidade familiar e das atividades do próprio turismo, mas em percentual geralmente baixo.

A lógica operacional da maioria dos empreendimentos pesquisados apresenta um problema comum: falta de assistência e de apoio regular na implementa-

ção da atividade, embora já existam algumas iniciativas em curso, seja através de órgãos públicos estaduais e municipais, seja através de ONGs, com o objetivo de suprir esta deficiência.

Impactos da atividade turística sobre as famílias dos agricultores

Nas entrevistas com os empreendedores do agroturismo conduzidas nos estudos de caso, buscou-se levantar, através de respostas espontâneas, os impactos positivos e negativos do agroturismo sobre as famílias envolvidas. Estes impactos são arrolados a seguir. Os números entre parêntesis indicam a frequência das respostas.

Impactos positivos: melhoria do nível de renda (4); valorização das pessoas da família (4); abertura de novos horizontes/possibilidades (3); maior união da família e ambiente mais alegre em casa (3); troca de experiências com os visitantes (2); melhoria na posição social perante a comunidade; ocupação da mão-de-obra ociosa; substituição do trabalho árduo na lavoura.

Impactos negativos: sobrecarga de trabalho, especialmente nos finais de semana e em datas festivas (4); falta de tempo para visitar parentes e vizinhos (2); inveja por parte de membros da mesma comunidade; falta de cuidado e zelo pelas coisas por parte das pessoas que visitam o empreendimento; falta de apoio do poder local; custos elevados de manutenção da atividade; interrupção na rotina da produção (caso específico da agroindústria de Santa Rosa de Lima).

A melhoria na renda com o agroturismo foi um ganho apontado por menos de 25% deste universo. Por um lado, isto indica que a maioria desses empreendedores ainda não sentiu ou não percebeu a vanta-

gem econômica que a atividade pode proporcionar. Por outro, a indicação de uma série de outros ganhos não-financeiros indica que estes agricultores estão valorizando também os aspectos intangíveis que o agroturismo pode proporcionar.

Dificuldades e estrangulamentos da atividade

Os principais gargalos para o desenvolvimento do agroturismo em Santa Catarina apontados pelos entrevistados dos estudos de caso realizados são:

- financeiros (5): dificuldades de obtenção de recursos para fazer os investimentos necessários e para disponibilizar novos serviços;
- divulgação (5): falta de apoio de órgãos públicos e privados afins para divulgar melhor a atividade;
- infra-estrutura (4): estradas ruins (pouco conservadas e com falta de sinalização); falta de energia elétrica, telefone, etc;
- sazonalidade (3): a atividade oscila muito em termos de quantidade de clientes, conforme a época do ano e dias da semana;
- pouca rentabilidade e dificuldades de gerar recursos próprios para realizar investimentos na atividade;
- articulação local: falta de cooperação entre os empreendimentos de uma mesma localidade (em alguns casos há discriminação entre os próprios atores envolvidos com a atividade);
- espaço limitado para receber pessoas (caso específico de Pedras Grandes);
- localização geográfica: município pequeno e longe de grandes cidades (caso específico de Agrolândia);
- pequeno número de visitas (caso específico de Santa Rosa de Lima);
- políticas: muitas mudanças nas administrações municipais.

Outros aspectos destacados pelos entrevistados acerca da atividade turística

As aspirações familiares mais enfatizadas pelos entrevistados em relação ao agroturismo foram: o “complemento da renda familiar” (6); a “viabilização da permanência da família na propriedade” (5); a “troca de experiências” (3); “a quebra do isolamento” (2).

Pelas aspirações manifestas em relação à atividade, com forte predomínio na melhoria das condições econômicas, em contraposição ao pequeno número de manifestações de que o agroturismo já está melhorando seus níveis de renda, deixa claro que estes agricultores valorizam muito os ganhos econômicos que a atividade pode vir a lhes proporcionar e estão na expectativa de alcançá-los, algo ainda não materializado para boa parte deles.

A expectativa destes agricultores em relação ao agroturismo fica evidente nas respostas dadas quando indagados sobre seus planos para os próximos anos em relação à atividade. A quase totalidade manifestou o desejo ou a intenção de um ou mais dos seguintes pontos: melhorar as condições e a qualidade do atendimento, ampliar a capacidade, oferecer novos serviços.

A grande maioria apontou a existência de potencial de novos serviços nos seus estabelecimentos. Apenas um manifestou explicitamente que deseja encerrar as atividades, por considerar que não tem o retorno do investimento.

Finalmente, quando solicitados a opinar sobre a importância do trabalho associativo para desenvolver melhor o agroturismo, houve praticamente unanimidade em reconhecê-lo como importante alternativa. Na prática, o que se vê é que cada um está desenvolvendo suas atividades de forma isolada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Com base na análise das informações coletadas no Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina e nos estudos de caso conduzidos em 17 unidades de agroturismo, é possível tirar algumas conclusões e indicar as perspectivas para o agroturismo no estado, bem como propor algumas recomendações de política pública para a atividade.

Registra-se que as considerações feitas a seguir resultam de aspectos não previstos nos formulários de levantamento, mas apontados pelos entrevistados, assim como de elementos observados pelos pesquisadores no trabalho de campo.

Não se tem a pretensão de generalizar, mas de indicar pontos que possam contribuir para aprimorar as iniciativas já existentes e, mais do que isso, estimular reflexões posteriores, que poderão desencadear um processo de fortalecimento dessa nova atividade econômica, que passou a integrar as rotinas de unidades familiares de produção agropecuária.

Neste sentido, e a título de conclusão, procura-se destacar os aspectos mais significativos, com o propósito de embasar recomendações de políticas, entendidas como necessárias para aprimorar, ampliar e fortalecer o agroturismo.

Vinculação e Impactos do Agroturismo na Agricultura Familiar

Há uma multiplicidade de experiências, formas, histórias e estágios do agroturismo na agricultura familiar catarinense. A maior parte dos 551 empreendimentos cadastrados ainda não se consolidou enquanto negócio, pois é formada por unidades bastante recentes, posteriores a 1997. Sua propagação está em linha com a busca de sinergia com outras iniciativas de desenvolvimento rural em marcha no estado.

A atividade, na maior parte dos casos, é um complemento da atividade agropecuária, dentro de um processo de tomada de decisões típico da agricultura familiar. O agroturismo é visto pelos que o praticam como uma atividade complementar em sua estratégia de reprodução econômica e social. Motiva-se, quase sempre, pela busca complementar da renda familiar e para “viabilizar a permanência da família na propriedade”.

A utilização de matéria-prima própria na elaboração dos produtos (alimentação, venda direta e artesanato) e da mão-de-obra da propriedade (construções e reforma de instalações, criação de atrativos, etc.) permite reduzir substancialmente os custos de implantação e operacionais dos empreendimentos. Isto parece fundamental para viabilizar o empreendimento turístico, além de assegurar a originalidade da atividade.

Prevalece a utilização de recursos financeiros gerados na própria agricultura para o funcionamento dessas atividades. As dificuldades financeiras têm sido um problema crucial no processo de implantação e desenvolvimento dessas unidades.

Os impactos da nova atividade sobre a agricultura familiar podem ser vistos sob dois prismas. O primeiro, trata de aspectos tangíveis, como renda, uso de mão-de-obra e organização do trabalho. O segundo, está relacionado a aspectos subjetivos, como expectativas, percepções e auto-estima das pessoas.

No que diz respeito à renda, o agroturismo, em seu estágio atual de desenvolvimento, demonstra importância econômica bastante diferenciada entre os empreendimentos participantes. Para os que têm como finalidade principal a venda de produtos ao turista, significa uma importante e decisiva forma de escoamento da produção “valorizada” (devido à venda direta ao consumidor final). Os percentuais deste escoamento variam sensivelmente de um empreendimento a outro, dependendo de localização, tempo de operação, tipo de produto e outras condições.

Para as unidades cuja finalidade combina venda da produção própria com alto grau de incorporação de serviços, como é o caso dos serviços de alimentação, o agroturismo favorece de forma elevada a agregação de valor aos produtos agrícolas e coloniais. Sua contribuição varia bastante de uma unidade para outra.

Nos empreendimentos voltados à prestação de serviços ao turista, como hospedagem e ofertas de lazer em geral, a contribuição da atividade é bem mais modesta. Mesmo nestes empreendimentos, uma parte não-desprezível das matérias-primas utilizadas é produzida nas propriedades.

Por se tratar de empreendimentos recentes e ainda pouco divulgados enquanto produto turístico, pode-se esperar, no médio prazo, à medida que melhorarem a demanda e a aprendizagem, uma elevação substancial de sua contribuição na renda das famílias envolvidas, garantindo seu caráter de complementari-

dade com as atividades agropecuárias. Os atuais empreendedores parecem compartilhar desta percepção, tendo em vista que, em sua grande maioria, estão dispostos a ampliar os negócios.

Quanto à ocupação da mão-de-obra, constata-se que o “agroturismo” tem uma capacidade limitada de gerar novos postos de trabalho.

Há uma forte predominância dos membros da própria família nos postos ocupados pela atividade de atendimento ao turista, o que ressalta seu caráter complementar e estratégico para a manutenção da unidade de produção.

Na dinâmica da organização do trabalho, o agroturismo demonstra propiciar uma ocupação mais intensa da mão-de-obra familiar disponível, especialmente das mulheres e dos jovens, tendo uma boa capacidade de incorporar o trabalho de vizinhos e parentes nos finais de semana. O sobretrabalho das pessoas da família pelo prolongamento da semana de trabalho é o aspecto negativo destacado pelos entrevistados.

Quanto aos aspectos subjetivos do impacto proporcionado pela inclusão do agroturismo nas atividades desenvolvidas pela família, aparecem com frequência elementos positivos como “sentimento de valorização das pessoas da família”; “ambiente mais alegre na casa”; “abertura de novos horizontes e/ou possibilidades”: ou seja, a interação e a troca de idéias com os visitantes desenvolve o sentimento de inclusão social e auto-estima das pessoas e famílias dos pequenos agricultores que se engajam no agroturismo.

Além disso, a dinâmica de ocupação de mão-de-obra recupera costumes antigos de envolver parentes e vizinhos, de maneira informal, na realização de tarefas e serviços em momentos críticos,

estreitando os relacionamentos entre os membros da família e da comunidade.

Percebe-se que os jovens identificam na atividade a possibilidade de ampliar os relacionamentos sociais devido ao encontro com os visitantes.

Por outro lado, a demanda dos visitantes permite que a diversidade gastronômica, o artesanato e a riqueza cultural sejam valorizados, o que, por consequência, valoriza o saber-fazer e o trabalho das mulheres. A sensação de que desperta um sentimento de “inveja” ou “admiração” nos membros da localidade em que vivem deixa claro o sentido da valorização pessoal pela atividade.

Isto tudo significa que o novo negócio, que se agrega às atividades agropecuárias tradicionais, parece não ser percebido apenas em sua faceta econômica e traz, no mínimo, um repensar da trajetória histórica dessas famílias, antes centrada somente na agricultura.

Desse modo, pode-se concluir que o agroturismo pode constituir um instrumento capaz de oferecer ocupação e complementação de renda para uma parte das pessoas do meio rural. Em algumas situações e localidades, pode viabilizar e dinamizar a pequena agricultura familiar de toda a comunidade.

Gargalos do Desenvolvimento do Agroturismo

A implementação de uma atividade econômica “nova” no âmbito da dinâmica das unidades familiares de produção no espaço rural requer um conjunto articulado de ações que nem sempre estão disponíveis e ao alcance dos “novos empreendedores”. A pesquisa revelou diversos aspectos que constituem estrangulamentos. Levando em conta as distintas experiências, as limitações mais importantes para o desenvolvimento do agroturismo em Santa Catarina são:

• *Condições de infra-estrutura básica*

A infra-estrutura voltada ao agroturismo apresenta deficiências em dois sentidos. No primeiro, refere-se às condições externas às unidades, destacando-se, em alguns casos, as más condições das estradas de acesso e a falta de sinalização e de fornecimento de energia elétrica e telefone. No outro, que diz respeito às próprias propriedades, constata-se que, com frequência, as condições de saneamento básico e as instalações de recebimento dos turistas apresentam importantes deficiências.

• *Condições financeiras*

A descapitalização atinge grande parcela das unidades de produção familiar da agricultura catarinense, que comumente desenvolvem suas atividades em condições bastante adversas. A falta de recursos próprios aparece como a principal restrição para a melhoria, ampliação e consolidação da atividade turística.

As dificuldades financeiras se mantêm pela falta de informações e pelas dificuldades de acesso ao crédito, devido à exigência de garantias reais aos agricultores e também ao pouco interesse dos agentes financeiros

em realizar tais operações, já que envolvem pequenos valores e maiores custos relativos nas operações.

Se combinarmos isso com a quase inexistência de casos em que se tenham realizado projetos técnicos prévios, pode-se entender melhor os problemas atuais de falta, subdimensionamento ou impropriedade das instalações para a acolhida de turistas.

• *Articulação local*

A falta de articulação e, às vezes, de apoio dos poderes políticos e econômicos locais e regionais se reflete negativamente sobre a atividade. Isto é potencializado pelo baixo nível de associativismo entre os agricultores que participam dos programas de agroturismo no estado, embora quase sempre considerem importante a organização local deste grupo de empreendedores e digam estar dispostos a se associar em uma entidade desta natureza.

Os efeitos da desarticulação são agravados pelo fato de que muitos empreendedores concorrem entre si, o que dificulta o fluxo de informações, a troca de experiências e de saberes e a cooperação para a solução de problemas comuns.

• *Sazonalidade do fluxo turístico*

A oscilação do número de turistas que visitam os empreendimentos de agroturismo é outra limitação importante. Esta oscilação decorre das características da atividade, que tem demandas de períodos curtos e muito circunscritos aos finais de semana e da sazonalidade típica de alguns segmentos: estações de temperatura mais elevada (no caso dos parques aquáticos e pesque-pague) e períodos de frio intenso (caso do turismo de inverno).

O pouco conhecimento do agroturismo por parte do grande público restringe ainda mais o fluxo de turistas a estes empreendimentos.

• *Capacitação*

É sabido que o turista nesse tipo de atividade procura diferença e autenticidade. O agricultor conhece a natureza e seus ritmos, a agricultura e a criação animal, o lugar e suas histórias e estórias, sabe preparar receitas de pratos tradicionais, etc. Mas o turista exige, ao mesmo tempo, padrões de qualidade, higiene e segurança nos serviços e alimentos.

Quase a metade dos agricultores que praticam o agroturismo (56% dos que estão operando há menos de um ano) não recebeu qualquer tipo de capacitação. Esta é uma situação problemática, especialmente para aqueles que estão na fase de implantação, período em que a capacitação é julgada fundamental. Foi constatado também que os agricultores não fazem a gestão financeira de suas atividades, nem o controle de custos.

Importância do Fator Localização Geográfica e dos Circuitos Organizados

A localização geográfica dos empreendimentos constitui um dos elementos decisivos para o afluxo de turistas e tem uma considerável importância no desempenho das atividades de agroturismo.

As experiências situadas próximo a centros urbanos ou a outras redes de infra-estrutura turística e que disponham de infra-estrutura adequada de transporte, além de se viabilizarem mais facilmente, têm

mais chances de se multiplicar e de proporcionar dinamismo às comunidades rurais em que estão inseridas.

Por outro lado, a existência de condições próprias, como um potencial natural, cultural ou outro, que seja amplamente reconhecido ou a criação de atrativos específicos que despertem interesse e curiosidade nas pessoas, pode viabilizar circuitos em locais mais isolados.

Deve-se enfatizar, no entanto, que o agroturismo, mesmo sem as condições favoráveis antes especificadas e ainda que para um número mais limitado de agricultores, pode ser um dos instrumentos do desenvolvimento local em comunidades rurais, tendo em vista seu elevado efeito multiplicador e indutor de novas iniciativas complementares e correlatas.

O papel dos circuitos organizados

Em Santa Catarina, a grande maioria dos empreendimentos de agroturismo está dispersa dentro dos municípios e das regiões do estado, sem nenhuma articulação entre eles.

A idéia de “circuitos” de agroturismo pressupõe a implementação de um conjunto de ações e de atividades que transcendem até mesmo as atividades específicas relacionadas ao turismo para dar sustentabilidade econômica e social aos empreendimentos.

Foram detectados dois casos de circuitos de agroturismo já consolidados no estado: o primeiro, na região Sul, no município de São Martinho; o segundo, na região Litoral Norte, no município de Joinville. Outros três circuitos se encontram em formação: um na região da encosta da Serra Geral, tendo o municí-

pio de Santa Rosa de Lima como referência; outro na região Sul do Estado, nos municípios de Urusanga e Pedras Grandes; o terceiro, na região Oeste, no município de Chapecó.

A pesquisa confirma que as experiências mais bem-sucedidas estão fortemente condicionadas pela articulação de um circuito turístico trabalhado, seja ele apoiado em tradições culturais, seja em condições naturais únicas ou em dinâmicas regionais/locais específicas.

A constituição de circuitos organizados de agroturismo permite dar aos empreendimentos, individualmente, escala técnica e econômica e, ao seu conjunto, complementaridade, infra-estrutura técnica e física adequadas e densidade econômica e social. Além disso, a organização e a proximidade favorecem a obtenção de apoio administrativo, as atividades de capacitação, a assistência técnica e o marketing.

O conjunto amplo, diversificado e desarticulado de unidades em funcionamento no estado sob o guarda-chuva do “agroturismo”, com um potencial ainda pouco explorado, poderá tornar-se mais eficiente e se consolidar, se for articulado e apoiado local e regionalmente.

Recomendações de Políticas para o Agroturismo

Tendo em vista a intenção dos agricultores familiares que praticam o agroturismo em Santa Catarina de “ampliar” seus empreendimentos e “ofertar novos serviços”, bem como o potencial de se ampliar o número empreendimentos voltados a esta atividade e os gargalos existentes para o seu desenvolvimento identificados na pesquisa, a seguir são feitas algumas recomendações de políticas para este segmento turístico.

Para serem eficazes e abrangentes, estas políticas devem ser capazes de reconhecer e incluir a multiplicidade de situações, experiências e formas de agroturismo existentes no espaço rural.

• *Política de financiamento*

A disponibilização de crédito em condições adequadas à atividade e compatíveis com a capacidade de pagamento dos empreendedores do agroturismo é fator decisivo para o crescimento e o fortalecimento desta modalidade de turismo rural. É importante que se articulem junto ao sistema de crédito agrícola linhas específicas de financiamento para os agricultores que desejarem investir neste negócio, pois, como é amplamente reconhecido, as atividades agropecuárias “strictu senso” dificilmente terão condições de gerar esses recursos.

Tão importante quanto a existência do crédito são as condições de acesso dos mutuários. Carências e taxas compatíveis com o tempo de retorno desta atividade, uso de mecanismos flexíveis e diretos de repasse, como através de cooperativas de crédito e a criação de fundos de aval, são mecanismos fundamentais para garantir que os recursos cheguem aos agricultores em condições propícias.

• *Política de capacitação e assistência técnica*

Este é um componente fundamental no desenvolvimento destas atividades, sobretudo na fase de implantação. Neste sentido, é necessário formular uma política de apoio técnico-gerencial ao agroturismo, com atuação em todos os níveis, para a capacitação e o acompanhamento permanentes dos agricultores. A duração e a continuidade da ação é uma condição necessária para o “empoderamento” dos atores e o fortalecimento da atividade.

• *Infra-estrutura pública*

A adequação da infra-estrutura pública, especialmente das estradas, no que diz respeito às condições de tráfego e de sinalização, é condição básica para permitir o fluxo de turistas no espaço rural. É fundamental o comprometimento dos governos, em seus diferentes níveis, assim como das comunidades envolvidas, para dispor nos locais com potencial de recebimento de turistas de condições mínimas de infra-estrutura, não só de estradas de acesso, mas também de energia elétrica, comunicação e saneamento básico.

• *Programa de divulgação*

O turismo rural e, em especial, o agroturismo são opções de lazer ainda pouco conhecidas do grande público urbano. É necessário estabelecer um amplo programa de marketing para sua divulgação e valorização, assim como dos produtos e serviços ligados ao espaço rural.

É importante que sejam definidas as características, as normas e os padrões da atividade, com a finalidade de dar uma identidade própria ao agroturismo, enquanto atividade da agricultura familiar.

Da mesma forma, recomenda-se construir um programa de articulação em todos os níveis para a divulgação completa dos principais circuitos e atividades de agroturismo existentes, de modo a atacar um dos problemas cruciais da atividade, que é a forte oscilação no montante de público visitante.

Para isso, é fundamental que sejam envolvidos nessas ações os atores locais (prefeituras municipais, empresas, organizações de classe, entidades da sociedade civil, etc.), os órgãos públicos estaduais e federais afins e as organizações e empresas operadoras do turismo.

• *Política de valorização de territórios e dos valores e saberes locais*

O desenvolvimento de atividades relativamente novas, como o turismo no espaço rural e suas distintas modalidades, é potencializado quando a uma política desta natureza se acoplar uma ação institucional organizada de valorização e revitalização de áreas territoriais, com características geográficas, físicas ou culturais próprias.

O resgate, a valorização e a atribuição de características diferenciadas a produtos e serviços, através de certificações de origem de base territorial e de formas de produção, poderão vir a se constituir em verdadeiros instrumentos de valorização e ampliação da demanda por esse tipo de produtos e serviços.

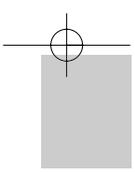
Neste sentido, é importante que uma política de fortalecimento e desenvolvimento do agroturismo esteja ancorada em programas de valorização de produtos e territórios e que os sistemas de certificação busquem facilitar a formação de circuitos organizados de agroturismo.

Recomendações de Estudos Adicionais

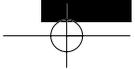
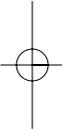
Com o objetivo de aprofundar o conhecimento das condições de funcionamento dos empreendimentos agroturísticos e colher elementos que possam ajudar a definição de formas de apoio a estas iniciativas, sugere-se a realização de estudos adicionais:

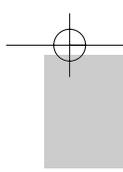
- análise comparativa das experiências de circuitos organizados de agroturismo de modo a identificar seus pontos fracos e seus pontos fortes e facilitar as transferências de informações que permitam antever problemas e replicar soluções entre elas;

- conhecimento das causas do sucesso e do insucesso vivenciados na consolidação dos empreendimentos de agroturismo, identificando os fatores chave de sucesso e dimensionando o grau de sucumbência (falência) nos primeiros anos de funcionamento, com vistas a aprimorar o planejamento da implantação e do funcionamento de futuras iniciativas



ANEXO





INSTITUTO CEPA /SC – OBSERVATÓRIO DO AGRONEGÓCIO

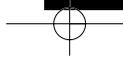
LEVANTAMENTO DE UNIDADES CATARINENSE DE AGROTURISMO

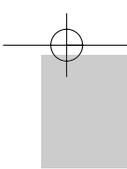
[]

Nº

1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E DA PROPRIEDADE

1.1 – IDENTIFICAÇÃO	
Proprietário (nome)	
Informante (nome): [] proprietário [] gerente contratado [] outra pessoa da família	
Nome Fantasia	
Natureza (tipo): [] pessoa física [] pessoa jurídica	
Razão Social CGC	
1.2 - LOCALIZAÇÃO (endereço)	
Rua (tifa, linha, estrada,etc.) Nº	
Localidade (bairro, comunidade,etc.)	
Referência de localização	
Município CEP	
Telefone () Fax () E-mail	
1.3 - ASPECTOS DO EMPREENDIMENTO E DA PROPRIEDADE	
1.3.1 Área total da propriedade (terreno): [__,_] ha	
1.3.2 Condição de posse: [] proprietário [] arrendatário [] parceiro/meeiro [] posseiro [] cessionário	
1.3.3 Ano de início do empreendimento turístico: []	
1.3.4 Tipo de iniciativa: [] individual [] coletiva	
1.3.5 Tipo de público que frequenta o estabelecimento	
<ul style="list-style-type: none"> • Origem geográfica • • Classe de renda • • Faixa etária • • Condição profissional • • Grupal, individual, familiar, etc. • 	
1.4 – TAMANHO DA ATIVIDADE	
1.4.1 Capacidade de atendimento e serviços oferecidos	
1.4.2 Tamanho do público que frequenta (nº de pessoas) e época (sazonalidade)	





1.5 – POTENCIAL PARA NOVOS SERVIÇOS E PRODUTOS

- Na propriedade

- Na propriedade

- Na comunidade

- No município

1.6 – ADEQUAÇÃO/QUALIDADE DAS INSTALAÇÕES

- Relação quartos/banheiros

- Dimensionamento dos cômodos

- Aparência/higiene

- Problemas no entorno (mau cheiro, poluição, borrachudo, etc.)

1.7 DISPONIBILIDADE E QUALIDADE DA INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL

- Estradas de acesso

- Sinalização

- Rede elétrica

- Telefone

1.8 - CONDIÇÕES DE SANEAMENTO

1.8.1 Efetua análise da água de forma sistemática? [] sim [] não

1.8.2 Principal fonte de abastec. d'água

- rede pública
- poço artesiano
- poço comum (c/ ou s/ motobomba)
- nascente/ vertente
- córrego ou rio
- outra (esp.)

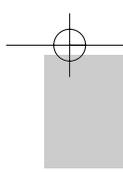
1.8.3 Destino final dos dejetos humanos

- rede pública
 - fossa séptica ou sumidouro
 - fossa negra ⁽¹⁾
 - córrego ou riacho
 - outro (esp.)
- (1) C/ saída p/ curso d'água, altern. seguinte.*

1.8.4 Destino dado ao lixo e resíduos

- Queima
- Enterra
- Recicla
- Envia p/ depósito especializado
- Riacho
- outro (esp.)





2 - HITÓRICO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

2.1 - PRINCIPAL MOTIVAÇÃO/INFLUÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO

Influências familiares, étnicas, culturais, saberes antigos, características do local, etc.

2.2 – PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE

- Teve apoio técnico? De quem?
- Teve projeto técnico?
- Como financiou?
- Principais dificuldades encontradas:

3 - MÃO-DE-OBRA

3.1 – RELAÇÕES DE TRABALHO

- Forma de contratação
- Tipo de remuneração
- Jornadas de trabalho
- Obediência à legislação

3.2 – SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

- Forma de seleção
- Nível de qualificação e capacitação
- Preocupação em capacitar
- Acesso à capacitação

3.3 – IMPORTÂNCIA DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR NA ATIVIDADE TURISMO

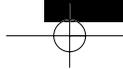
3.4 – PERCENTUAL DO CUSTO DA MÃO-DE-OBRA CONTRATADA NO CUSTO DA ATIVIDADE

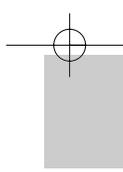
3.5 – DIFICULDADES COM A MÃO-DE-OBRA

Disponibilidade, capacitação, legislação trabalhista, etc.

3.6 – ÁREAS QUE CONSIDERA PRIORITÁRIAS PARA TREINAR A MÃO-DE-OBRA VOLTADA AO TURISMO

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> nenhuma | <input type="checkbox"/> higiene |
| <input type="checkbox"/> gestão administrativa | <input type="checkbox"/> cozinha |
| <input type="checkbox"/> atendimento ao público | <input type="checkbox"/> outro (esp.) |





4 – FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA RENDA

4.1- CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA RENDA PROVENIENTE DO TURISMO (%)			
Uso de matéria-prima produzida na propriedade	[]		
Venda de produtos produzidos na propriedade	[]		
4.2 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA COM TURISMO (%)			
Venda de produtos	[]	Hospedagem	[]
Alimentação	[]	Serviços de lazer	[]
4.3 PERCENTUAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DESTINADO (ESCOADO) AO TURISMO (%)		[]	

5 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

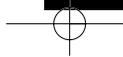
5.1 - GRAU DE PREOCUPAÇÃO COM O CONTROLE FINANCEIRO			
5.2 - PROCESSO DE FIXAÇÃO DOS PREÇOS			
5.3 - ORIGEM DOS RECURSOS PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE TURISMO (%)			
recursos da atividade turística	[]	financiamento de instituição financeira	[]
recursos da agropecuária	[]	financiamento de particular	[]
contribuição ou doação	[]	recursos de outras atividades	[]
recursos de aposentadorias	[]	outro (esp.).....	[]

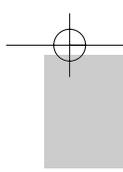
6 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

<ul style="list-style-type: none"> • Recebe assistência técnica? • Dificuldades • Interesse, etc. 	De quem?
--	----------

7 - DIVULGAÇÃO

7.1 – PREOCUPAÇÃO EM DIVULGAR, CUSTOS ENVOLVIDOS, ETC.	
7.2 – VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO/PUBLICIDADE UTILIZADOS	
[] nenhum	[] “outdoor”
[] próprios clientes	[] jornais
[] rádio	[] prospectos e/ou faixas
[] televisão	[] catálogos e revistas especializadas
[] placas de sinalização	[] outros (esp.).....





9 – TOMADA DE DECISÕES

9.1 – QUEM TOMA AS DECISÕES IMPORTANTES RELACIONADAS AO AGROTURISMO NA PROPRIEDADE ?

Processo de tomada de decisão

--

10 – DIFICULDADES/PONTOS DE ESTRANGULAMENTO DA ATIVIDADE

11- NA SUA OPINIÃO, QUE AÇÕES DEVEM SER EXECUTADAS PARA DESENVOLVER E TORNAR IMPORTANTE O AGROTURISMO EM SANTA CATARINA?

